



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

O conceito de maternidade e de adoção das mulheres inférteis.

Fabiana Cruz Machado Beschoren

Brasília Novembro/2005

Fabiana Cruz Machado Beschoren

Conceito de maternidade e de adoção das mulheres
inférteis.

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Psicologia
do UniCEUB – Centro Universitário de
Brasília.

Professora Orientadora
Cynthia Ciarallo

Brasília/DF, Novembro de 2005

Dedicatória

Ofereço esta obra a todas as pessoas que me auxiliaram na elaboração, ao público em geral, e em especial, as mulheres que pretendem ser mães, sendo assim, esse trabalho pode contribuir de alguma forma para o exercício da maternidade.

Mãe não é aquela que dá a luz, sábia é aquela que dá amor, que cria um filho com louvor, e que aquece o coração diante de uma adoção, sábia é aquela que diante de uma vela reza para ser agraciada com o dom da vida, aquela que não importa como, quer receber em seus braços um fruto divino, sábia é aquela que ama incondicionalmente, que não mente e que se realiza com o filho que ganhou de presente, sábia é aquela que zela pelo que tem em suas mãos, um filho que não é do coração e sim seu, literalmente seu.

Fabiana C. M. Beschoren

Agradecimento

Agradeço primeiramente a Deus pela minha existência e capacidade.

Aos meus pais, Ian e Lêda, pelo acolhimento, dedicação, educação, carinho, amor e sabedoria que deles adquiri.

A minha irmã, Ana Elisa, que é tão querida.

A minha família que sempre me apoiou nas minhas escolhas e me aceita do jeito que sou.

Ao meu marido, Sidney, que durante o curso foi meu braço direito e é responsável por muito do meu crescimento.

A minha linda filha, Maria Luiza, que teve paciência e soube respeitar as horas que não pude estar com ela.

A minha amiga Rosana e família que me deram apoio e orientação nas horas que precisei.

Ao meu amigo Guilherme pela ajuda na confecção do material.

As minhas amigas (Ana Paula, Cristiane, Fernanda, Ilma, Sandra e Neuza) de curso que estiveram comigo no mesmo barco onde a falta de um remo causaria a virada deste.

A minha amiga e orientadora, Cynthia Ciarallo, que me orientou adequadamente e me mostrou o caminho da pesquisa qualitativa e o sucesso de uma boa pesquisa.

Ao responsável pela seção de adoção da Vara da Infância e da Juventude de Brasília, Walter Gomes de Sousa, que me forneceu dados de extrema importância para a pesquisa.

A Clínica Gênese, de Brasília, que auxiliou na seleção das mulheres entrevistadas.

Sumário

Introdução.....	08
Desenvolvimento	
I. Maternidade.....	15
II. Adoção.....	22
III. Maternidade e Infertilidade.....	34
Metodologia.....	40
Discussão/Resultados.....	42
Conclusão.....	58
Apêndices.....	60
I. Apêndice I.....	61
II. Apêndice II.....	62
Referências Bibliográficas.....	71

Resumo

A pesquisa que se segue, tem o intuito de mostrar aspectos importantes da maternidade (história, significado e perspectivas atuais), bem como, da adoção (história, aspectos jurídicos, situação no Distrito Federal, preconceitos existentes, etc.) e fazer uma relação desses aspectos com os conceitos trazidos pela amostra selecionada. Foram realizadas cinco entrevistas (semi-estruturadas) com mulheres inférteis, em contextos diversificados, para verificar o conceito que elas têm de maternidade e adoção. Encontram-se em anexo, nesta obra, as tabelas de categorização com as principais categorias (conceito de maternidade e adoção, o que é preciso para exercer bem a maternidade, diferenças entre filho biológico e adotivo, desejo materno, etc.), onde a fala das entrevistadas se faz presente de forma literal. Apresenta-se a visão que a amostra traz em relação aos dois aspectos e como essa amostra (mulheres inférteis) da pesquisa lida com estes dois aspectos, o principal objetivo é o de verificar se a adoção é uma possibilidade diante do desejo em exercer a maternidade. Conclui-se que a maternidade ainda é vista como um papel de extrema importância na vida dessas mulheres, e que a realização plena como mulher, depende da realização desse desejo de ser mãe. A adoção é uma possibilidade muito remota, grande parte das entrevistadas preferem tentar outros meios (tratamentos diversos) para exercer a maternidade.

Abstract

The following research has the intention to show important aspects about maternity (history, significance and actual prospect) as well as adoption (history, juridical aspects, situation in Distrito Federal and existent prejudices) and to make a connection between these aspects and the brought concepts by the selected sample. Five interviews (half-structuralized) with infertile women had been carried through, in diversified contexts, in order to verify their concepts about maternity and adoption. In annex, there are tables of classification with the main categories (concept of maternity and adoption, what she is necessary to exert the maternity properly, differences between biological and adoptive son, maternal desire, etc...), where the interviewed women were literally quoted. It is presented the sample's perspective about this two aspects and the way that this sample (infertile women) of the research deals with these two aspects, the main objective is to verify if the adoption is a possibility ahead of the desire to exert maternity. Therefore, is concluded that the maternity remains seen as a role of extreme importance in these women life, and that the full accomplishment as woman, depends on the accomplishment of this desire of being a mother. The adoption is a very remote possibility, great part of the interviewed ones prefers to try other ways (diverse treatments) to exert the maternity.

Introdução

O presente trabalho teve como objetivo verificar a visão que as mulheres com problemas de infertilidade têm acerca da maternidade e da adoção. Para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa para colher dados a respeito dos conceitos citados.

A mulher sempre foi vista como um ser feito para procriar e se dedicar à família, foi na família burguesa que se deu o nascimento dessa nova mulher, dedicada à família e livre de qualquer trabalho produtivo. Na passagem para o século XX a mulher assume novos papéis, como por exemplo o de profissional, e sua rotina passa a ser mais intensa e cansativa. Mesmo diante de um novo estilo de vida a mulher sempre encontra tempo para ser mãe, pois o desejo pela maternidade e a afeição pelos filhos tem um lugar significativo na história do gênero feminino.

A ideologia da maternidade vivida ainda em nossos dias confere a todas as mulheres a capacidade “natural” de amar os filhos, e deles cuidar sem restrições.

A infertilidade é uma situação que abre um leque de opções para a mulher que quer ser mãe. Pensa-se que a angústia e a parte burocrática das tentativas de fertilização geram frustração; a adoção também passa por um processo burocrático até ser concluída, mas os pais já têm a certeza de que o bebê existe e que ele está pronto para ser entregue à família.

Barbosa (2002) alega que:

Na ótica das mulheres, a infertilidade – suposta ou “diagnosticada” – é uma ameaça aos ideais de família, da relação conjugal e da identidade de gênero, sendo considerada responsabilidade das mulheres, sendo assim uma única gravidez pode ser suficiente para modificar a condição feminina ameaçada, mesmo que resulte em aborto. Essa interpretação parece justificar o tipo de demanda formulada pelas mulheres diante do sistema médico por um tratamento para engravidar. (p.338)

Diante dessa “obrigação” por ser mãe biológica a identidade feminina fica ameaçada, e sendo assim a mulher muitas vezes não pensa nas outras possibilidades de ser mãe, fica presa à dimensão reprodutiva do corpo e esquece da dimensão psicológica e do significado de maternidade.

Mansur (2003) afirma que os dados do IBGE apontam para uma diminuição da taxa de fecundidade (número médio de filhos que teria uma mulher de uma coorte hipotética [15 a 49 anos de idade], ao final de seu período reprodutivo), segundo ele “o casamento não é mais o elo familiar fundamental e a figura da mãe emerge como a mais importante.” (p.39)

Com este trabalho verificar-se-á a visão que mães com problemas de infertilidade têm a respeito da adoção, por que a adoção fica em segundo plano e as tentativas pela fertilização são priorizadas. Existe o preconceito pessoal ou do casal? O preconceito social? Qual favoreceria mais as tentativas de fertilização?

A adoção, na concepção clássica do direito, "é um instituto jurídico que procura imitar a filiação natural."

A adoção seria mais do que o simples relacionamento entre duas pessoas (mãe e filho) onde há a legitimidade da condição de filho, seria antes de mais nada um ato de amor e realização.

Diante dos conceitos e do tema proposto, pergunta-se porque a adoção é um recurso secundário por parte das mulheres com problemas de infertilidade? O desejo pela maternidade já existe e todos os dias crianças são abandonadas, ficando à espera de um lar. Não seria mais viável e mais prática a adoção?

Acredita-se que ainda exista preconceito, por parte da sociedade, em relação à adoção, pois os laços sanguíneos são marcas fortes diante da visão social. O preconceito racial também pode ser um empecilho; a escolha pela cor da pele mostra esse preconceito.

Todas essas questões serão trabalhadas no presente trabalho, onde o objetivo é verificar a visão de adoção que têm as mulheres inférteis. Para isso é importante fazer um contato com essas mulheres, conhecer um pouco da história de infertilidade de cada uma delas, verificar o conceito de maternidade e a intensidade quanto ao desejo de ser mãe, o significado que cada uma possui de adoção, conhecer a relação com o parceiro e o que este pensa a respeito da adoção, saber se a adoção é uma possibilidade, etc....

Weber (2000) escreveu um artigo na revista Argumento, onde fala da necessidade de se fazer pesquisas sobre adoção no Brasil, relata que:

(...) o primeiro trabalho acadêmico sobre adoção foi realizado em 1988, uma tese de doutoramento em antropologia, da professora Maria Cecília Soleid da Costa, da UFPR. O trabalho chama-se “Os filhos do coração: adoção em camadas médias brasileiras”, e é, ainda hoje, um marco de referência para qualquer pessoa que queira estudar adoção. Passados 10 anos no cenário científico brasileiro, o número de pesquisas esperadas sobre adoção é muito pequeno. Isso revela como ainda a adoção apesar de ser uma prática frequente na sociedade brasileira, é considerada um tema “mais ligado ao coração do que à razão” e mostra que escrever e falar sobre o tema é mais simples do que delinear metodologias de pesquisas que envolvam uma questão assim verdadeiramente repleta de emoção. (p.30)

Segundo a autora ainda há uma luz no fim do túnel, pois há cerca de quatro anos iniciaram-se as pesquisas nessa área no Brasil, e até eventos importantes estão sendo organizados sobre adoção, mostrando que há uma evolução de maneira firme e consistente.

Acredita-se que a situação está mudando e a pesquisa está sendo valorizada e realizada, pois Weber (2000) alerta que os técnicos dos serviços de adoção “gritam por socorro”, pois se sentem incapacitados para exercerem sua função, para fazerem uma capacitação correta em relação aos critérios de adoção, precisam de dados. Dados que mostrem tendências, padrões, probabilidades.

Uma outra pesquisa da tese de doutorado de Weber (2001) Psicóloga, Professora da UFPR (graduação e pós-graduação) e coordenadora do Projeto Criança, Mestre e Doutora em Psicologia pela USP; membro da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB-PR, mostra que o motivo principal da adoção dentre os adotantes pesquisados que não tinham filhos biológicos eram problemas de infertilidade ou esterilidade. Dentre os pesquisados, 79,8% afirmaram que não geraram filhos por questões de infertilidade ou esterilidade; 8,9% são solteiros; 6,5% afirmaram que optaram por não ter filhos biológicos e 4,8% relataram "outros motivos".

Quanto à motivação dos pesquisados para a adoção, a maioria adota uma criança para preencher o vazio trazido pela infertilidade, mas o número de adoções por outros motivos, típico de países desenvolvidos, está em ascensão. Os que não adotam por questões relacionadas à infertilidade alegam que não se deve escolher a criança,

mas ficar com a criança designada, e apresentam menor tendência de fazer exigências em relação às características físicas da criança a ser adotada. Entretanto, assim como quem adotou por infertilidade, o altruísta tem receio de adotar uma criança que viveu muitos anos em instituições.

A motivação para a adoção não explicitou nenhuma relação com a dificuldade no relacionamento afetivo entre pais e filhos, nem com relação a educação do filho adotivo, mas os pais adotivos que adotam sem ter certeza do seu sentimento e fazendo valer a opinião alheia, tendem a ser mais críticos em relação a seus filhos, adotam com uma certa rigidez quanto aos seus princípios e acabam dando ênfase aos aspectos negativos do adotando, já os que adotam por questões relacionadas a infertilidade tendem a ter menos dificuldades em lidar com essa questão.

Quem adota têm a necessidade de exercer a maternidade, diante dos problemas de infertilidade mulheres adotam para realizarem o grande desejo de ter filhos, e relatam que os tratamentos de infertilidade são evasivos e trazem sofrimento.

De acordo com a pesquisa verifica-se que a adoção é uma possibilidade e uma alternativa para as mulheres que não podem ter filhos. Com este trabalho, será possível verificar qual a visão que mulheres com infertilidade têm acerca da adoção e se essa é uma alternativa possível, se faz parte da realidade do casal. A questão do preconceito quanto à falta dos laços sanguíneos também será investigada.

A mesma pesquisa citada acima nos mostra questões acerca dos laços sanguíneos, alegando que estes não influenciam no vínculo familiar que existe entre pais adotivos e filhos adotivos. Um pequeno trecho esclarece essa questão:

“A cultura dos laços de sangue é tão presente que faz com que as pessoas acreditem que estes laços são os únicos “fortes” e “duráveis” por serem “naturais” e “verdadeiros”. Quando se fala comparativamente de famílias adotivas e não adotivas, geralmente são utilizadas as expressões: família adotiva *versus* família natural; ou filho adotivo *versus* filho verdadeiro, denunciando o preconceito por trás das palavras. Isso quer dizer que o filho adotivo não é nem “natural” nem “verdadeiro”? Ao longo desses anos tem-se encontrado a maioria absoluta das famílias adotivas tão “normais” quando as biológicas, e algumas até muito mais especiais. Gostaria de afirmar que a diferença entre uma família adotiva e uma biológica é simplesmente a contingência pela qual

foram formadas, mas a sua essência e a sua importância são exatamente as mesmas. Os pais e filhos por adoção não são cidadãos de segunda categoria e devem assumir-se por inteiro, sem culpa e nem vergonha. Afinal, os "laços de sangue" e o tão falado "instinto materno" nem sempre garantem uma boa relação." (Weber, 2001)

A mulher é um ser capaz de atribuir diferentes significados à maternidade, o desejo de ser mãe faz-se presente mas é muito complexo, não pode ser quantificado e é constantemente influenciado por fatores psicológicos e sociais. A mulher tem o direito de escolha quanto a ser ou não ser mãe. Optando por ser mãe, a sociedade não deve lhe cobrar perfeição, pois a mulher é um ser frágil e como todo ser humano é imperfeita.

A mulher continua se dedicando aos filhos mas também assume, em diferentes contextos, a posição de chefe de família e provedora do sustento da casa.

Exercer o papel de mãe, independe dos laços sanguíneos e da forma como se é mãe. Existem aquelas que têm mais tempo, outras não o têm, mas que amam de formas diferentes e incondicionalmente. Existem também aquelas que ainda não tiveram a oportunidade de ser mãe e nestas há apenas o desejo de receber um filho.

O mais tradicional é ter um filho biológico, mas as que não conseguem tentam outros meios como a adoção ou tratamentos de fertilização.

Conforme Amaral (1998) (conforme citado por Mansur, 2003) que denominou o não tradicional de "diferenças significativas em relação a alguma norma ou padrão estabelecidos", alerta para a complexidade das barreiras psicossociais que se colocam entre as pessoas portadoras de diferenças e o mundo apontando que:

(...) decretos, leis e regulamentações são meios importantes e necessários, mas insuficientes para derrubá-las. Insuficientes porque estamos tratando de fenômenos de alta complexidade como preconceitos, estereótipos e estigmas que por algumas razões escapam à abrangência da legislação e até, ousou dizer, da ideologia, enquistando-se talvez nos núcleos psicológicos mais profundos de cada ser humano, com reflexo no seu estar no mundo, com reflexos portanto nas relações interpessoais. (p.42)

A nossa sociedade está carregada de preconceitos que muitas vezes impedem o sujeito de agir de acordo com seu sentimento. Quanto ao desejo materno pensa-se que

mulheres inférteis muitas vezes deixam de adotar uma criança baseando-se nesse preconceito sociocultural.

Conforme Morissete e Spain (1991) (conforme citado por Mansur, 2003) realizaram uma pesquisa onde verificou-se que “segundo a teoria de custos e benefícios a não-parentalidade ou a não-maternidade voluntárias exprimem uma escolha de vida que é simplesmente diferente, normal e aceitável. (p.44)

Com o que foi citado acima pode-se perceber que a palavra diferente carrega em si preconceitos, devido a imposição de “regras” que a maioria social acredita que são válidas e seguem sem questionar o correto.

A cultura e a sociedade nas quais as pessoas estão inseridas influenciam na forma com que visualizam a adoção e a maternidade. Diante de uma visão social, a adoção é instituto de grande significação jurídica e social onde o adotado e o adotante buscam uma integração, sendo assim a sociedade e a família caminham juntas nessa aceitação e valorização humana.

Segundo Lisboa (1996) “Em alguns países, chega-se mesmo a acusar uma queda dos casos de adoção em razão da tecnologia empregada com intuito de acabar com a esterilidade feminina e masculina (inseminação artificial, fecundação *in vitro* e implante de embrião)”.(p.79)

A adoção hoje tem como fim maior a proteção do menor, integrando-o a uma família com os mesmos direitos que um filho de sangue. Com a adoção, numerosos órfãos e crianças abandonadas encontram um lar, obtêm carinho, educação, garantia de subsistência material e moral, ao mesmo tempo em que são asseguradas aos adotantes as alegrias da paternidade e da maternidade. Verifica-se que a adoção é, na realidade, a maternidade e a paternidade do coração.

Diante do que foi exposto, verificar-se-á qual a visão que mulheres com problemas de infertilidade têm acerca da adoção e como imaginam que seria ter um filho adotivo, pois a sociedade é esmagadora e preconceituosa e o número de procedimentos e de novos centros especializados em reprodução humana têm aumentado significativamente.

No decorrer do trabalho verificar-se-á qual o conceito de maternidade no decorrer da trajetória da vida da mulher e os papéis assumidos por ela, qual o conceito

de adoção que as mulheres da rede pública têm e como se dá a relação da infertilidade com o desejo de ser mãe.

Maternidade

Pode-se afirmar que a maternidade é um dos principais papéis que a sociedade requer da mulher. Diante dessa premissa a mulher já carrega em si a responsabilidade e “obrigação” de procriar.

A mulher burguesa era vista como organizadora do lar e responsável pelos afazeres domésticos, preocupava-se em agradar seu pai e marido tocando piano e pintando aquarelas.

Conforme George Duby (2003) “as imagens que povoavam o espírito masculino podem ser classificadas em três figuras obsessivas: a figura da companheira nos jogos eróticos; a da mãe protetora e consoladora (e manifesta-se aqui o poder, o imenso e terrível poder das mulheres); e a figura da associada indispensável porém mantida submissa e subalterna” . (p. 19)

Segundo Mansur (2003) a figura da amante nos séculos passados ficou em primeiro lugar. A mulher sempre foi colocada no pedestal pelo corpo que tinha, concluiu-se que a beleza estava em primeiro lugar diante dos olhos masculinos, as esculturas e a pintura sempre valorizaram o corpo feminino.

A figura de mãe estava em segundo plano, como uma representação de proteção e fonte de vida. Na antiguidade mítica encontram-se diversas imagens que simbolizam a maternidade, com o Cristianismo a imagem de Maria, virgem e mãe reina na Europa. Em diversas imagens que não têm muita ligação com o sagrado, a mulher aparece como progenitora e portadora do ventre materno.

A terceira imagem é a de esposa, que aparece nas cenas centrais de família e é responsável pela ordem dentro de casa e assistência ao marido, cabia a ela satisfazer o marido e promover a assistência necessária para manter o equilíbrio e o casamento satisfatório. Nos séculos passados a mulher dependia economicamente do marido, e sendo assim, devia a este satisfação de tudo que fazia, bem como dedicação e submissão para não perder as regalias e não ser devolvida à família.

Na avaliação de Duby (conforme citado por Mansur, 2003) “no decorrer dos séculos, as imagens perpetuaram o postulado de uma incapacidade fundamental da mulher, entregue, passiva, embonecada para o bel prazer dos homens” (p. 21).

Ainda hoje a mulher se preocupa em manter-se bela para atrair a atenção dos homens e ser o centro das atenções.

De acordo com Mansur (2003) adentrando o século XXI a sexualidade da mulher não está mais tão relacionada à maternidade e a vida profissional começa a competir com os outros papéis que a mulher assume. A imagem da mulher pertence a um novo universo, onde novos papéis são considerados e relevantes.

Segundo Mansur (2003) as primeiras figuras, que marcam a imagem materna, foram a de Lilith e Eva – as primeiras mulheres de Adão, sobre as quais também foi atribuída a origem dos pensares da humanidade. Eva foi criada por Deus, a pedido de Adão, para ser sua companheira. Por ser um ser frágil e não agüentar as tentações da carne foi responsável pela infelicidade de Adão. Por ter provado a fruta da árvore proibida e tê-lo dado a Adão, Deus os expulsa do paraíso e castiga Eva com o sofrimento, dores do parto e submissão a Adão. Sendo assim Adão e Eva foram condenados à morte e a figura de Eva ficou associada ao mal. De acordo com as lendas Lilith foi a primeira esposa de Adão e não aceitou a desigualdade e submissão diante da figura masculina de Adão. Atualmente para limitar o papel feminino à maternidade precisa-se destruir a figura simbólica de Lilith, pois sua rebeldia e independência não condizem com a visão de mãe da antiguidade, um ser dedicado à maternidade.

No século XIX a imagem de mulher que se destaca é a de esposa e mãe dedicada, sendo assim verifica-se a vitória de Maria sobre Eva e Lilith.

Segundo Mansur (2003) no alienismo do século XIX era no corpo (parte fisiológica) que se localizavam as predisposições à doença mental; a gravidez, menstruação e o parto eram sinais de que a mulher possuía saúde mental e integridade física.

A doença mental masculina estava associada ao não cumprimento das funções atribuídas ao homem, de trabalhador e provedor do sustento do lar.

Mansur (2003) alega que “foram configurados alguns quadros para a mulher, tais como “loucura menstrual” e “loucura puerperal”. Segundo a perspectiva médica, a menstruação, a gravidez, o parto e o pós-parto seriam ocasiões propícias ao

aparecimento de distúrbios psíquicos, ao passo que o exercício da maternidade poderia funcionar como prevenção e cura para tais problemas”. (p. 26)

A mulher do século XX é marcada pelos papéis tradicionais atribuídos a ela; de esposa, mãe e dona de casa. A vocação para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas da feminilidade, e o instinto materno mostrava-se fortemente presente e associado à figura feminina.

Conforme Beauvoir (1980) (conforme citado por Mansur, 2003) argumenta que: *(...) a mulher presa no grande ciclo da espécie, afirma a vida contra o tempo e contra a morte por meio da maternidade; mas indo além do destino biológico, Beauvoir argumenta que não existe “instinto materno” – esse conceito não se aplica à espécie humana, uma vez que a atitude da mudança que realiza sua função reprodutora é definida pelo conjunto de sua situação existencial, elaborada no seio da civilização (p.27).*

Segundo Bandinter (1985) na França dos séculos XVII e XVIII, havia o hábito por parte das diversas classes sociais de entregar os bebês recém – nascidos aos cuidados de amas-de-leite. As crianças eram criadas em péssimas condições de higiene e muitas não retornavam ao lar de origem e chegavam a óbito. Essa situação revela o desapego e o desinteresse pela criança. Quando a criança completa quatro ou cinco anos de idade, ao voltar para casa, é imediatamente confiada a uma governanta, até os sete anos de idade. Após esse período o menino é entregue a um preceptor e a menina fica sob os cuidados da governanta que lhe ensina o básico de uma dama e posteriormente ambos são entregues a um internato.

Badinter (1985) diz que o fato de mandar os filhos para internatos, visando livrar-se deles, garantia aos pais o bem estar e a segurança diante da sociedade de estar fazendo o melhor pelo filho.

Quando as filhas voltavam para casa os pais só pensavam em casá-las e livrarem-se delas . Os meninos depois de passar um período com o preceptor, eram enviados para concluir estudos em colégios e os pais, visando não ter trabalho, desejavam que os filhos ficassem sob cuidados constantes dos mestres, que lhes transmitiam o conhecimento.

Segundo Mansur (2003) tornara-se necessário, no final do século XVIII, lançar mão de muitos argumentos para convocar a mãe para sua atividade materna, dita instintiva. As ameaças lançadas à figura da mãe fizeram-se necessárias para que elas tomem consciência de sua função materna e dos cuidados que devem ter ao exercê-la.

Bandinter (1985) ressalva que em 1760-1770, na França, os políticos deram início a um movimento para promover a mudança na consciência dessas mulheres, deram início a campanhas onde um novo valor foi imposto, o amor materno.

O novo movimento faz valer a sobrevivência das crianças, o Estado se preocupa em impedir que a mortalidade continue, a negligência passa a ser punida e o que importa é o investimento na primeira etapa da vida da criança.

Muitas mulheres foram convencidas pelos argumentos propostos na campanha, pois durante dois séculos, todos os que queriam fazer justiça, lhes prometeram mundos e fundos se assumissem suas tarefas maternas. Visando serem respeitadas pelos homens e terem sua presença respeitada, aderiram ao que era previsto. Porém nem todas as mulheres foram sensíveis a esses argumentos, e as que resistiram foram penalizadas.

Diante dessa nova situação realizam-se projetos para mostrar à mulher sua condição de mãe, o privilégio por essa função, a importância de amamentar, de cuidar do filho, que até então era um membro insignificante na família. Mostra-se que a maternidade é um bem, um dever e um instinto próprio do sexo feminino.

Com esse novo quadro configurado surge a família moderna fundamentada no amor materno. Tais idéias impõem que a mulher seja mãe antes de tudo, surgindo assim um mito que permanecerá nos séculos seguintes, o mito do instinto materno ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho.

Para a mulher a procriação passou a ser o sucesso de sua condição feminina, visto ser a realização da sua natureza, e o aleitamento materno tornou-se uma regra a ser cumprida.

Muitas mulheres não deixaram de abandonar seus filhos, e sendo assim, os médicos e teólogos acenam com castigos e riscos para as mulheres que insistem em abandonar seus filhos e não seguem o que a sua natureza dita, isto é, procriar e depois amamentar e criar o filho. Verifica-se que a mulher mostra uma certa resistência

diante da sua natureza, assumir o papel de “boa-mãe” e a submissão incondicional ao instinto materno foi uma conquista.

Conforme Vasconcelos (conforme citado por Nascimento & Ferreira, 2002) “O amor materno é considerado um dom natural. Daí a expressão popular, mãe desnaturada, ainda hoje, referindo-se à mãe que abandona o lar, deixando os filhos.” (p.208).

De acordo com Mansur (2003) a mãe amamenta primeiramente o filho para satisfazer um desejo pessoal, não é o amor que a leva a dar o seio primeiramente, como principio fundamental da maternidade, o amor pelo filho, deveria ser o que motiva uma mãe a dar o seio.

Segundo Bandinter (1985) no início da década de 30, a filial da Federação Brasileira Para o Progresso Feminino no estado da Bahia (Salvador) faz um movimento a favor da educação das mulheres. Acredita-se que para exercerem bem o papel de mãe as mulheres deveriam ser bem educadas. Essa posição mostra a desqualificação e inferioridade da mulher brasileira nessa época, pois duvidavam até do bom desempenho de seu papel de mãe.

A mulher não precisa ser preparada e educada apenas para obter um bom desempenho da sua função materna, é necessário ter a sua independência, afinal quantas mulheres se mantêm na condição de esposa por falta de opção. Acredita-se que a mulher deve cada vez mais igualar seus direitos aos dos homens, e na sociedade contemporânea a evolução das mulheres, em todos os níveis, está em crescimento constante.

Vê-se que a mulher era, e ainda hoje, é vista como mãe, ou seja, sua principal finalidade é a de procriar e zelar pela sobrevivência de seu filho. O marido se sentia protegido com a presença da mulher, e sabia que em caso de morte os filhos estariam amparados pela mãe, para eles não era necessário o preparo da mulher em outros sentidos, bastava ser uma boa mãe e uma boa esposa.

Hoje em dia os homens valorizam a carreira profissional das mulheres, são poucos os que sustentam a casa sozinhos. Valorizam ainda a função materna da mulher, mas se orgulham da carreira profissional e da comodidade financeira.

Conforme Sobrinho (1935) (conforme citado por Ferreira, 2002) :

(...) as mulheres brasileiras, criadas num ambiente atrasado, onde domina o egoísmo masculino, ressentem-se, acima de tudo, de instrução. Você sabe tanto quanto eu, minha amiga, que as meninas de hoje são bonecas frívolas, que discutem fitas cinematográficas e atrofiam os cérebros com romances banais e falsos de Delly e Ardel. Preparemos essas meninas, esposas e mães de amanhã, de um novo modo. (p.223)

O pensamento do autor citado acima mostra que já existia um movimento pela independência da mulher e pela melhora na qualidade de seus papéis: o de esposa e de mãe.

Segundo Bandinter (1985) a sociedade de todas as épocas e de todos os lugares espera que a mulher desenvolva o seu instinto maternal, saiba alimentar, zelar e cuidar da sua prole. Cursos como o de Pedagogia, são de certo modo a preferência das mulheres, pois já existe uma inclinação natural por parte das mulheres em relação ao trabalho com crianças e adolescentes. Não se pretende desqualificar a escolha das mulheres pelos cursos voltados para a área de ciências humanas, só se faz a ressalva de que já existe um fator (instinto maternal) que pode influenciar na sua escolha pelo curso de pedagogia, por exemplo.

As mulheres cada vez mais conciliam a vida familiar com a vida profissional, verifica-se que o número de mulheres que têm filhos e trabalham é maior que o número de mulheres solteiras, a necessidade por garantir a sobrevivência dos filhos faz com que essas mulheres tenham uma jornada de trabalho árduo.

A presença dos filhos é o fator que mais interfere em relação à participação feminina no trabalho. Como principais responsáveis pela segurança, cuidados especiais e educação dos filhos as mulheres se deparam com a insuficiência de creches para deixar seus filhos durante a jornada de trabalho. Diante dessa situação enfrentam limitações para o trabalho, principalmente se os ganhos financeiros não conseguem cobrir os custos com os cuidados das crianças.

Segundo Mansur (2003) na Carta Magna, aprovada em 1988, fica registrado o avanço das conquistas relacionadas ao trabalho. Regras que geram discriminação e insegurança no trabalho, são conquistas que até então eram desconhecidas, a mulher passa a ter direitos a licença maternidade, as empregadas domésticas passam a ter

direitos trabalhistas satisfatórios, as creches são criadas para que durante a jornada de trabalho a mãe tenha um local apropriado para deixar seu filho, etc. São muitas as conquistas, vê-se nesse movimento uma valorização pela condição de mulher e de mãe.

No passado as mulheres constituíam pelo casamento e maternidade os seus projetos de vida, hoje é cada vez maior o número de mulheres que querem construir projetos mais amplos, que incluam o bem estar do grupo familiar, mas também outros que simbolizam o espaço em que elaboram sua independência, lutando por seu reconhecimento pessoal.

A nova mãe é marcada pela vigilância constante, não há hora e nem tempo marcado para ela, o cuidado e o carinho dispensados ao filho é são fundamentais. As antigas mal “tomavam conhecimento” da sua prole, sendo que a nova geração de mães se mantém constantemente com os filhos. A mãe em particular, não tem mais o desejo de enviar os filhos aos conventos ou colégios. Não amar os filhos tornou-se um crime sem perdão. A boa mãe é terna, ou não é uma boa mãe.

Existem aquelas mães que se adequaram ao novo modelo de maternagem imposto, mas não se realizaram como tal e na tentativa de acertar a contra gosto, viveram sua maternidade sentindo-se frustradas e culpadas. Diante da pressão social e ideológica, cumpriram com seu papel de mãe, mas muitas vezes sem desejarem.

Conclui-se no presente capítulo que o instinto materno é um mito, pois não existe nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Existe uma grande variabilidade de seus sentimentos e não é justo culpar a mulher por isso, pressionada pela sociedade a exercer a maternidade a mulher desempenha seu papel de acordo com o que lhe é imposto e não de acordo com o que realmente sente, sendo assim muitas vivem infelizes como mães e muitas realmente sentem a necessidade de ter e amar um filho.

As mulheres que não desempenham adequadamente seu papel de “boa mãe” não devem ser condenadas, pois o conceito do que vem a ser uma boa mãe não é universal e sim relativo. Acredita-se que para cada caso de maternidade existe uma explicação plausível, onde nem sempre o desejo pelo filho esteve presente, sendo assim não se pode cobrar a responsabilidade só da mãe e que esta ame seu filho, pois o amor materno é conquistado e não imposto socialmente.

Adoção

De acordo com a Vara da Infância e da Juventude de Brasília adotar é: “acolher como filho, de forma definitiva, uma criança ou adolescente, conforme previsto em lei.” “O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial. “(Art.47, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA); “A adoção é irrevogável”. (Art.48,ECA).

Segundo Fonseca (2002) a adoção teve pouca importância durante toda a idade média. Os estudiosos do assunto alegam que, a preocupação pública com órfãos se deve aos estragos provocados pelas guerras mundiais.

Diante da situação citada acima verifica-se que já existia um olhar para a adoção, mas ele se resumia à transmissão de bens, o nome dado ao adotando, e eventualmente existia o interesse político. De acordo com o Código Napoleônico a idade mínima para adotar era de 50 anos e os adotados eram freqüentemente adultos. Os poderes centrais da época não se mostravam a favor da adoção, sendo assim, a herança de casais que não tinham filhos se restringia à igreja e aos senhores feudais.

Havia um grande número de enjeitados deixados na roda dos expostos ou abandonados na via pública, mesmo diante desta realidade antes do século XX não eram muitos os debates e movimentos para legalizar a adoção.

A desigualdade entre os filhos legítimos e os filhos de criação era visível, e em muitas situações o patrimônio da família era entregue à igreja e não a um filho ilegítimo.

Depois da virada do século o estado resolve intervir no que até então era um acordo sem formalidades. Segundo Fonseca (2002) “O Estado moderno não tinha os mesmos motivos que a Igreja para colocar obstáculos à adoção, já que seu poder econômico residia em outras bases que não o patrimônio de famílias sem herdeiros.” (p.119)

A preocupação do Estado era com o bem estar da criança, ou seja, com o *pátrio poder* e a questão da herança ficava em segundo plano.

Siqueira (2004) relata que dentro deste movimento histórico que surgem no Brasil os primeiros dispositivos para legislar a adoção. O Código Civil de 1916 recupera uma prática antiga: a transferência por escritura de responsabilidades tutelares entre um adulto e outro. Segundo esta lei, qualquer pessoa com mais de 50 anos, sem

descendentes legítimos, podia “adotar” uma criança mediante contrato com os pais biológicos. Não havia restrição quanto ao sexo, estado civil ou nacionalidade. O adotando podia ter qualquer idade, mas era necessária uma diferença mínima de 18 anos entre este e o pai adotivo. O vínculo entre a criança e os genitores era mantido e a relação adotiva era revogável. A adoção era regulamentada em cartório como se regulamentava a posse de bens imóveis.

Em 1957, com certas alterações no Código Civil, surge o interesse pelo bem-estar da criança, e a proteção jurídica ao menor é estabelecida, sendo assim, qualquer cartório só poderia efetivar a adoção perante autorização judicial. A idade mínima dos pais adotivos baixou para 30 anos e a diferenças de idade para 16.

Com a lei 4.655 de 1965 sobre “legitimação adotiva” surge a idéia de laço irrevogável que confere direitos hereditários (se bem que limitados) à criança e que cessa qualquer ligação com a família de origem. A lei diz respeito a órfãos ou crianças abandonadas que tenham até 7 anos de idade. Segundo Fonseca (2002) “Com o código de Menores de 1979, passam a coexistir duas formas de adoção – *plena* (à imagem da legitimação adotiva) e *simples* (à imagem do Código Civil). (p. 120)

Em 1988, a nova Constituição, com o intuito de modificar a mentalidade da época acerca da adoção e dando prioridade à promoção social da criança e adolescente, revogou as leis anteriores, estabelecendo uma só forma de adoção. A nova filosofia está consolidada no Estatuto da Criança e do Adolescente, amplia a categoria dos adotantes (idade mínima de 21 anos) e a categoria dos adotandos (crianças até 18 anos de idade).

Até 1988, ao lado da adoção plena, passou a existir a adoção simples, quando a nova Constituição acabou com qualquer distinção entre filhos, sejam naturais, adotivos ou de outras categorias. Vê-se então na evolução da legislação a necessidade de adotar três princípios modernos:

- o bem estar da criança ou adolescente garantido;
- igualdade entre os filhos adotivos e os legítimos;
- e a liberdade individual dos pais adotivos de imporem a sua linhagem consangüínea a presença do filho adotivo como legítimo.

Desde o Estatuto da Criança e do Adolescente, a legislação começa a abrir mão do modelo conjugal, permitindo que solteiros (viúvos ou separados) adotem crianças. Será que esse novo modelo leva em consideração a importância de uma rede familiar na realidade brasileira?

O adotando está à procura de um lar, pensa-se que seria mais adequado a figura de um pai e de uma mãe, não importando a formalização do casamento.

No Brasil muitas crianças são “adotadas” fora do padrão estabelecido pela legislação, sendo assim, a justiça está orientando cada vez mais para que as mães biológicas não entreguem seus filhos por meios ilegais, pois o regime jurídico prevê multa, prisão e outras penalidades para quem tentar burlar a lei.

Segundo Fonseca (2002) “Desde 1965 existe, na legislação brasileira, a possibilidade de decretar a cessão de qualquer vínculo entre genitores e seus filhos.” (p.130)

O objetivo dessa medida seria o de garantir à mãe que seu filho adotivo não se afastaria, e para isso é necessário abolir qualquer tipo de vínculo existente com a mãe biológica. A adoção moderna tira qualquer tipo de direito que a mãe biológica pode vir a ter sobre o filho, a esta é negado qualquer tipo de reaproximação com o filho, não lhe é mais assegurado nenhum direito materno.

No momento da entrega ainda há uma chance das mães biológicas voltarem atrás, mas mesmo depois que decidem entregar seu filho à justiça e assinam todos os documentos, ainda mantêm, intimamente, a esperança de reaver seu filho. As mães que entregam um filho, quase nunca pensam em termos de abandono, e sim que fizeram o melhor para garantir a vida dele.

Hoje o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a adoção substitutiva (integração total do adotando na nova família e rompimento da ligação com a família consangüínea), sendo assim configura-se a adoção plena e abandona-se a adoção simples. A adoção simples baseia-se nos princípios da aditiva onde há o parentesco civil entre adotante e adotado, sem o rompimento do vínculo com a família consangüínea. No caso de casais que já têm filhos legítimos, os direitos são os mesmos entre estes e o adotivo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente exige alguns critérios para adoção:

- O adotando deve ter no máximo 18 anos de idade, a partir da data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.

- A adoção atribui a condição de filho ao adotado com os mesmos direitos e deveres, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes consangüíneos, salvo os impedimentos matrimoniais.

- Se um dos cônjuges adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge do adotante e os respectivos parentes.

- Podem adotar os maiores de vinte e um anos, independentemente de estado civil.

- A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.

- O tutor ou curador só pode efetivar a adoção, se tiver condições de administrar e zelar pelo adotando.

- A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.

- A adoção será precedida de um estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária determinar, observadas as peculiaridades do caso.

- O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

- A adoção é irrevogável.

- A morte dos adotantes não restabelece o pátrio poder dos pais naturais.

- A adoção internacional poderá ser condicionada a estudo prévio e análise de uma comissão estadual judiciária de adoção, que fornecerá o respectivo laudo de habilitação para instruir o processo competente.

Esses são os requisitos principais para efetuar a adoção, de acordo com a legislação brasileira.

Quanto aos preconceitos existentes são numerosos e diferentes. A adoção ainda é vista com os mesmos estigmas do passado, a ideologia da maternidade vivida nos nossos dias e nascida com a sociedade burguesa patriarcal confere a todas as

mulheres a condição de mãe, onde estas desempenham seu papel zelando pelo bem estar do filho. As que recusam de algum modo este destino biológico e social são consideradas exceções e recebem com freqüência o rótulo de anormais.

Conforme Motta (2005) “A falta de maternidade é freqüentemente encarada como uma falha que envolve a própria identidade da mulher” (p.63).

A sociedade presume que a função de maior relevância biológica e social no casamento é a de ter filhos. O impedimento desse ideal devido à infertilidade, pode ser visto como um defeito vergonhoso e como um marca social.

A adoção tem sido vista como uma solução para estes problemas, entretanto sua aparência tem sido moldada de acordo com certos ideais sociais, entre eles o de que a família composta pela adoção seria de segunda categoria e, portanto, tudo deveria ser feito para que a diferença entre a família adotiva e a família biológica fosse negada. A mãe adotante, ao mesmo tempo que se realiza com a função materna em algumas situações nega a adoção diante da vida social, por sentir vergonha e não ter preparo para encarar o preconceito que ainda existe.

Conforme Motta (2005) “a adoção deve ser concebida de forma a apoiar estas negações todas: de que a família adotiva não é diferente estrutural e dinamicamente da família biológica, que não há infertilidade, que a mãe biológica nunca existiu.” (p. 75)

Faz-se necessário o rompimento de qualquer vínculo entre a família biológica e a família adotiva, pois o relacionamento entre adotante e adotado fica prejudicado com a possível presença da família de origem. Ao meu ver esta é uma insegurança por parte de quem adota de que algum dia a mãe biológica retirará a guarda dos adotantes. A adoção plena, que é a que vigora hoje em dia, garante aos adotantes que não há nenhum vínculo entre o adotando e sua família anterior, pois no momento da entrega do filho às Varas da Infância e da Juventude são cortados os contatos entre a mãe biológica e o adotando.

O regime atual de adoção é o de adoção fechada, onde os registros sobre a adoção são lacrados promovendo uma ruptura total no contato entre a criança e os pais biológicos, e dificultam, quando não impedem, qualquer acesso do adotivo às informações sobre si mesmo, sobre suas origens. Para o adotando acredita-se que

essa nova regra imposta pela lei tira sua liberdade de conhecer sua origem, que ao meu ver, é um direito, mas garante a segurança e o sigilo para os pais adotivos.

A negação da realidade da adoção e o sigilo são reforçados por atitudes pessoais e sociais.

O simples fato de negar ou esconder de uma criança sua condição de adotando, faz com que esta tenha para si que a adoção é algo ruim ou de caráter negativo, pois se a verdade sobre suas origens não pode ser revelada é porque deve ser mantido em sigilo por conter aspectos negativos, sendo assim o sigilo perde sua função protetora e se torna uma ameaça.

A criança percebe o preconceito existente nas escolas, local onde residem, e em outras situações constrangedoras. Algumas crianças são discriminadas no ambiente social taxadas como “filha da empregada” e outros termos carregados de preconceito. Por estas e outras razões é que muitas mães não contam a verdade a respeito da adoção e quando o fazem pedem para que a criança não fique falando para as demais pessoas sobre o assunto, se pede sigilo quanto um fato que em si não precisa carregar o estigma de vergonhoso.

Belsey. M. A. e Ware. H. (1998) (conforme citado por Insler. V. e Lunenfeld. B, 1998) nos Estados Unidos e nos demais países europeus o número de bebês entregues para adoção tem diminuído devido às medidas de controle da natalidade tais como projetos preventivos de natalidade aplicados às escolas, legalização progressiva do aborto, bem como a mudança nos valores sociais que permitem às jovens solteiras a guarda do filho. O aperfeiçoamento das técnicas de reprodução assistida, os programas na área de genética, também têm contribuído para uma diminuição na busca de crianças para adoção. Nos Estados Unidos, especialmente, o sigilo quanto à adoção está aos poucos se caracterizando como coisa do passado.

Muitos pais podem optar por deixar que ocorra o contato entre seus filhos adotivos e a mãe biológica. Verifica-se que ao invés de tencionar ou colocar em perigo o relacionamento, a participação nesta experiência une-os ainda mais aos filhos.

Conclui-se que o preconceito ainda existe, e que novas alternativas para quem quer ter filhos crescem cada vez mais com a tecnologia avançada, contribuindo para o aumento do preconceito e a discriminação quanto à adoção.

De acordo com entrevista realizada no dia 05 de setembro de 2005, com o responsável (W.G.S.) pela seção de adoção da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), verifica-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente determina uma série de condições para a adoção, O juiz busca verificar se existe uma legítima razão, um desejo por exercer a maternidade e a paternidade. A filantropia, por exemplo, não é um desejo real e sim um impulso, uma motivação por estar lidando com crianças que necessitam de um lar, a motivação filantrópica não confere com a expectativa real. Segundo os princípios da Vara da Infância e da Juventude “toda criança tem direito à convivência familiar e comunitária” (art.227 da Constituição Federal de 1988). “A adoção, como uma das formas de garantia desse direito, está regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente” (Lei 8.069, arts. 39 a 52).¹

De acordo com o ECA, não basta apenas querer adotar, é imprescindível atender às seguintes determinações deste:

- “Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida.” (Art. 29,ECA)
- “A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.” (Art. 43,ECA)

Em 2003, a Vara da Infância e da Juventude, contou com 377 processos de adoção, em 2004 se teve 358 processos. Com relação ao perfil dos requerentes do processo de adoção consegue-se identificar a idade que varia de 31 a 40 anos de idade, com relação ao sexo têm-se 87% do sexo masculino, 75% são casados e 5% mantêm tendência quanto ao matrimônio. Têm-se percebido o aumento considerável de pessoas solteiras pleiteando a adoção, em 2004 vê-se que 11% dessas pessoas requereram a adoção, o número maior é de mulheres solteiras, mas se percebe que o número de mulheres e homens vem se equilibrando ao longo dos tempos. A maioria ainda é de pessoas casadas, 72% do número total são casais. Casais que vivem em união estável sem a formalização civil adotam também, e o número chega a 20%, os solteiros somam 11% nos casos de adoção, divorciados 3% e os viúvos 3% .

¹ Entrevista realizada com Walter Gomes de Sousa, chefe da seção de adoção da Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, no dia 05 de setembro de 2005, para coleta de dados estatísticos quanto à adoção.

São diversas as razões que estão por trás do desejo de adotar e, sendo assim, compete à equipe técnica da Vara da Infância proceder à devida análise e estabelecer a filtragem verificando se é conveniente ou não determinado o pedido de adoção.

Com relação às medidas, verifica-se que: 23% das pessoas que entraram com o pedido de adoção estabeleceram que o desejo pela paternidade e maternidade era o que motivava tal pedido, e essa é uma razão que se considera adequada, o legítimo desejo de ser pai e de ser mãe. O que uma criança entregue para adoção requer é exatamente um pai e uma mãe, nada mais que isso, é uma família, pessoas que não tenham só a vontade de adotar, mas um projeto de adoção, porque a adoção não pode ser apenas o reflexo de um desejo pessoal. O grupo de assistência psicossocial procura verificar se determinada pessoa possui respaldo para receber a criança, não só os pais mas os avós e demais parentes. É importante verificar se a família é afetiva, se é capaz de receber a criança como filho (a) legítimo, sem preconceitos e discriminação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também determina que o juiz só defira um pedido de adoção se o requerente e a família deste tiverem condições mínimas para receber a criança, então não basta apenas querer, são necessárias as condições mínimas infra-estruturais para acolher uma criança.

Outra razão com 14 % dos casos de adoção é o desejo de ter filhos, mais filhos, por que a maioria das pessoas que se inscrevem para adotar já tem filhos. Isso contraria o mito de que quem procura pela adoção são as pessoas com problemas de infertilidade. Apenas 8% das pessoas que pleiteiam a adoção têm problemas de infertilidade ou pretendem ajudar ao próximo, essa é a estatística de 2004. Famílias que querem adotar, ou seja, todos têm esse desejo também somam 8%. Em 4º lugar com 12% dos casos vem o desejo de ampliar a família através da adoção e não pelo método biológico. Pessoas que não têm filhos em comum e estão casadas ou convivem juntas somam 5%, geralmente as mulheres já estão numa idade avançada e não querem se submeter a uma gestação de alto risco.

Pode ser constatado que dentro desses 8% das pessoas que não podem ter filhos e requerem a adoção optam por crianças recém nascidas, pois querem passar por todas as etapas de ser mãe.

Toda pessoa interessada em adotar primeiramente deve se inscrever na seção de adoção da Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça, apresentar vários documentos (cópia da carteira de identidade, cópia da certidão de casamento ou declaração de convivência marital, comprovante de renda, atestado de saúde física e mental, nada consta da Justiça comum e foto da família); passar pela avaliação da equipe psicossocial (uma psicóloga e uma assistente social - a equipe faz uma visita domiciliar; entrevista outros membros da família para verificar se há o apoio da família). Posteriormente os documentos que o adotante apresenta são juntados pela equipe e transformados em processo judicial, então o juiz irá analisar esses documentos e o estudo técnico que a equipe psicossocial fez, se o parecer do juiz for favorável ele estará autorizando a família para se inscrever no processo de adoção. Sendo habilitadas, essas pessoas já cadastradas, ficarão aguardando a hora de serem apresentadas à criança colocada à disposição da Justiça, para adoção.

Na hora de preencher o cadastro a pessoa vai dar o perfil da criança que ela deseja, as características (sexo, cor da pele, estado de saúde, idade, etc...) para que esse perfil seja registrado no cadastro. Se houver alguma criança com o perfil estabelecido no cadastro do adotante faz-se um parecer para o juiz e este autoriza a visita, juntamente com uma equipe psicossocial, ao abrigo onde a criança se encontra, para que o adotante possa conhecer a criança. Se houver empatia por parte do casal em relação à criança, o juiz permite a convivência com o casal, no abrigo, onde há o monitoramento da equipe psicossocial e da equipe do abrigo. Este estágio de “enamoramamento” dura em média 5 meses e após esse período, se for de interesse do casal e da criança, o juiz permite que a criança passe a conviver com a família adotiva durante os finais de semana e, posteriormente, com o vínculo já formado, o adotivo vai morar definitivamente com o casal. A partir desse momento a pessoa que adota tem um prazo para entrar com o pedido de adoção. Vale a pena ressaltar que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, crianças com menos de 1 ano de idade que se encontram em abrigos, podem ser levadas para casa dos adotantes sem passar pelo estágio de convivência no abrigo.

O setor de adoção faz questão de não manter nenhum tipo de contato com a família biológica da criança que foi entregue para a adoção. Na hora que a mãe

manifesta-se para entregar o filho biológico, a equipe psicossocial tenta todas as possibilidades existentes para que ele permaneça com a família de origem. Pergunta-se se algum membro da família pode assumir a criança, se há uma alternativa para que ela fique no lar de origem, porém se a família alega que não têm condições e a equipe verifica que a afirmação é verídica, a criança é entregue para a adoção.

Em algumas situações a mãe biológica volta para buscar a criança depois de um certo tempo, sendo assim orienta-se essa mãe para que ela entre com pedido de guarda, por mera formalidade, pois diante da lei ela tem o direito de recorrer, mas sabe-se que é praticamente impossível que ela consiga a guarda.

Em casos que a mãe abandona ao relento, em hospitais, na rua a legislação penal prevê uma pena que vai de 3 a 6 anos de reclusão com multa. A genitora que age dessa forma está sujeita a ser enquadrada na legislação penal, por isso são orientadas para fazerem a entrega através dos meios legalmente instituídos. Na seção de adoção ela tem uma escuta garantida por parte da equipe multidisciplinar, e tenta-se fazer com que a família de origem fique com a criança, não sendo possível infiltra-se a criança numa família substituta onde ela tenha todos os seus direitos garantidos.

Existem atualmente 280 famílias habilitadas para adotar, dessas 280 famílias, 95% querem recém-nascidos, do sexo feminino, da cor branca ou morena clara. Há também o cadastro das crianças, cujo perfil destoava do perfil apresentado pelos requerentes. Atualmente existem 129 crianças cadastradas para adoção, dessas 129 crianças 64 fazem parte de grupos de irmãos, cujos números variam de 2 a 6 membros. Existem aquelas crianças que não despertam o interesse das famílias por possuírem anomalias ou diferença na cor da pele.

Esse perfil é denominado de perfil clássico, sabemos que a origem dele vem de muitos tabus, mitos, as pessoas acreditam que adotar uma criança diferente desse perfil significa comprar um problema. A criança pode apresentar certas dificuldades, desvios de comportamento e essas pessoas querem a lei do menor esforço, por isso não querem uma criança que possa dar trabalho e sim uma que seja fácil modelar de acordo com os padrões da família, não querem dor de cabeça.

Outras também querem passar por todas as fases do desenvolvimento da criança, a missão da seção de adoção é a de mostrar que essas fases não são

primordiais, que a convivência feliz pode existir independente da idade da criança, isso depende da cabeça dos adotantes. Há pessoas que querem as mesmas características genótípicas e fenotípicas do requerente para camuflar que essa criança é fruto da adoção, ou seja, são pessoas que já carregam nesse desejo o preconceito. Então procura-se na assistência psicossocial, desfazer esse nó do preconceito, e não é fácil. Há pessoas que não querem fazer a visita domiciliar, chegam muito armadas, se protegendo e nestes comportamentos já revelam que não têm o preparo adequado para acolher uma criança em processo de adoção. Muitas pessoas alegam que a Justiça é muito burocrática, mas isso é apenas cautela. Não há precipitação na entrega de uma criança e nem pressa, pois o objetivo não é o de colocar uma criança abandonada nas mãos de qualquer um. A criança deve ser respeitada nos seus direitos, deve ser respeitada pelo seu potencial de vir a ser um cidadão saudável. Para isso é necessária a entrega para uma família que garanta minimamente os seus direitos, que esteja comprometida com a manutenção do seu bem estar. Dessa maneira, compete à justiça fazer uma seleção rigorosa, escolher famílias para as crianças, e não o contrário, selecionar crianças para as famílias.

Os interesses da criança devem prevalecer em relação aos dos adultos e não o contrário, chegam pessoas cheias de empáfia dizendo que querem adotar uma criança, acham que estão prestando um favor e não pensam que estão tomando uma decisão muito séria. Precisam parar, refletir e serem orientadas para a adoção, pois a criança não é um objeto, existe um compromisso. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece os pré-requisitos para pessoas que pretendem adotar, e a Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, se baseia nos princípios dele, mas há pessoas que não entendem isso.

A missão da Seção de Adoção da Vara da Infância e da Juventude do TJDF é de tentar modificar o inconsciente coletivo que é muito conservador, e não é fácil essa missão. As pessoas são muito resistentes. Tenta-se reforçar essa luta pela adoção tardia, tenta-se fazer com que haja cruzamentos entre os cadastros dos requerentes e das crianças disponíveis, pois o perfil é diferente nas duas situações. Há requerentes querendo adotar e crianças querendo ser adotadas, mas o perfil exigido pelos interessados pela adoção, muitas vezes, não permite esse casamento.

A maternagem pode ser acionada por outros fatores que não os de ordem biológica. Os fatores sociais por exemplo determinam que a mulher não só procrie mas garanta a sobrevivência saudável de seu filho. Em muitas situações não se sabe se a mulher age como mãe por vontade própria, ou se ela é pressionada socialmente para assumir seu papel.

Após esse capítulo, apresentam-se aspectos sobre infertilidade e maternidade, a fim de esclarecer algumas questões relevantes quanto à maternagem e suas circunstâncias.

Infertilidade e Maternidade

A infertilidade primária é a incapacidade da mulher conceber após dois anos de relações sexuais regulares, sem uso de contraceptivos. Quando a mulher é capaz de engravidar, porém não consegue levar esta gravidez adiante, a essa condição chamamos de infertilidade secundária

Segundo Mansur (2003) não querer um filho é diferente de querer e não poder ter. A mulher muitas vezes é limitada fisicamente, mas o desejo de ser mãe, de amar e de querer exercer esse papel ficam preservados, sendo assim, taxar uma mulher como infértil, é o mesmo que dizer que ela é seca e vazia por dentro. Isso compromete sua condição feminina e pessoal, fazendo com que se sinta inferiorizada.

A mulher sem filhos enfrenta os seus próprios sentimentos e o olhar dos outros condenando-a por não ter a capacidade de gerar uma vida. Sua identidade fica ameaçada e só é plena com a presença de um filho.

Muitas vezes médicos e psicoterapeutas atribuem um valor excessivo ao desejo de ter um filho. Considerando que para a mulher infértil voltar à “normalidade” é preciso assumi-lo, constata-se que fica associada à infertilidade uma etiologia psíquica. A intervenção médica freqüentemente estigmatiza as mulheres, que se sentem desvalorizadas para outras realizações fora da reprodução, vêem-se como defeituosas.

Existem mulheres que não querem exercer a maternidade, é uma escolha que requer a organização da identidade, e que leva tempo, pois a cobrança social é tão grande que quando a opção é a de ficar sem filhos há toda uma reorganização da personalidade da mulher.

A mulher que não tem condições psicológicas para ter um filho, deve passar por um período de reorganização psicológica, pois a sua condição desestrutura toda sua personalidade.

É comum e normal a menina se identificar com a mãe, no sentido de ter com suas bonecas os mesmos cuidados que sua mãe tem com ela. A menina aprende de uma forma natural, desde muito cedo, a preparar-se para ser mãe. Caso não consiga ou se depare com algum impedimento futuro, pode vir a sofrer frustrações diante da sua condição infértil.

O fato de uma mulher optar por não exercer a maternidade não tem nenhuma relação com problemas de relacionamento com sua mãe onde o processo de identificação tenha ficado comprometido.

Diante do contato com mulheres cuja gravidez foi complicada ou diante de experiências traumáticas, muitas mulheres abandonam a possibilidade de ser mãe devido ao medo de carregar e ter o filho, possíveis complicações fazem com que estas abram mão da maternidade.

Conforme o dicionário Aurélio (1999) (conforme citado por Mansur, 2003) A maternagem é definida como a “relação calorosa e amigável com a mãe ou com aquela que a substitui” e segundo Banditer (1985), “o foco ideológico passa a iluminar cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que vai perdendo muitas das funções educativas, físicas e morais.” (p.95)

Diante das mudanças trazidas pela industrialização e pela modernidade, muitas mulheres entram no mercado de trabalho e não têm mais todo o tempo do mundo para se dedicarem à função materna, sendo assim muitas escolhem outros caminhos e abrem mão da maternidade.

As técnicas de reprodução humana apresentam-se em grande escala no Brasil. A clínica Gênese de Brasília integra a Rede Latino-americana de Reprodução Assistida (REDE)², instituição científica e educacional que agrupa mais de 90% dos centros de reprodução assistida na América Latina. Dados fornecidos pela REDE mostram os resultados obtidos em 18.832 procedimentos de reprodução assistida, realizados durante o ano 2002 e cujos nascimentos ocorreram até o ano 2003. Na décima terceira edição da Rede Latino Americana de Reprodução Assistida participam 101 centros afiliados pertencentes a 11 países da região.

De acordo com os dados registrados e elaborados por Fernando Zegers Hochschild e Verônica Galdames Inguerzon, editores responsáveis, referente ao ano de 2002, o Brasil, a Argentina e o México foram os países com maior contribuição de número de ciclos reportados, representando 50.1%, 19.0% e 10.0% ,respectivamente, dos ciclos realizados no ano 2002. Cada um dos países restantes contribuiu com menos de 5.5% dos procedimentos (para o ano 2001 foi de 7%).

² Disponível em <http://www.redlara.com/fdash45o9.asp?arq=registro2002.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2005.

O número total de procedimentos registrados durante os últimos 2 anos se estabilizou. Quatro centros que reportaram procedimentos no ano de 2001 suspenderam sua atividade clínica no ano 2002. Os dados correspondentes a 7 centros (1 da Argentina; 1 da Bolívia; 2 do Brasil, 1 da Colômbia e 2 do México) que são parte do Rede Latino Americana e que representam aproximadamente 700 ciclos, não foram incluídos neste reporte por variadas razões.

Além do anterior, existem fatores sócio econômicos que afetam a região e que influem no número de procedimentos totais. Em países como o Brasil, o aumento no número de ciclos se deve à incorporação de novos centros. No entanto, se mantêm constantes os centros que reportam no ano 2001 e 2002; observa-se uma dimensão de 3.6% no número de procedimentos realizados por esses centros.

Nota-se o avanço da tecnologia como o grande responsável pelo aumento das técnicas de reprodução assistida, a cada ano surgem novos centros de assistência a mulheres inférteis.

As principais causas da infertilidade feminina, de acordo com o Dr. Sérgio dos Passos Ramos, que é especialista em Ginecologia e Obstetrícia, formado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2005), e Chedid (2000) são:³

1. Distúrbios hormonais que impeçam ou dificultem o crescimento e a liberação do óvulo (ovulação). Vale ressaltar que dentre esses distúrbios hormonais, destacam-se alterações da tireóide, que impedem a ovulação, pois as glândulas e nossos órgãos estão interligados.
2. Problemas nas trompas ou tubas uterinas provocados por infecções, cirurgias.
3. Endometriose (doença que acomete as mulheres em idade reprodutiva e que consiste na presença de endométrio em locais fora do útero. Endométrio é a camada interna do útero que é renovada mensalmente pela menstruação).
4. Obstrução nas trompas, essa obstrução geralmente é causada por processos infecciosos, onde há o impedimento da passagem do óvulo ao encontro do espermatozóide, impedindo assim a fecundação.

³ Disponível em <http://www.gineco.com.br/infertil4.htm>, site pessoal do Dr. Sérgio dos Passos Ramos. Acessado em 06 de setembro de 2005.

5. Muco cervical (localizado no colo do útero), espesso e hostil que impede a passagem dos espermatozóides para o interior do útero.
6. Problemas no útero tais como miomas ou qualquer tipo de má formação uterina, podem causar a infertilidade.

Dentre as alternativas atuais para os problemas de infertilidade feminina, existem modernas técnicas que são conhecidas como concepção assistida. Dentre elas destacam-se:

- Indução da ovulação: fazer com que o ovário libere o óvulo na época certa, orientando o casal para ter relações nesta época. Muitos medicamentos podem ser utilizados e cada vez mais os resultados são promissores. É necessário um monitoramento da resposta dos ovários para que não haja mais de um folículo maduro ou para que não haja hiperestimulação dos ovários. Este monitoramento é, geralmente, feito por ultra-som endovaginal.

- Inseminação intra-uterina: esta técnica consiste na injeção de espermatozóides vivos dentro do útero. Pode ser utilizada em casos de distúrbios da ovulação. Nestes casos a ovulação é induzida e a inseminação intra-uterina é realizada 36 horas após. Em casos de muco cervical hostil aos espermatozóides esta técnica é a indicada. Outra indicação é a endometriose leve sem obstrução das trompas. No entanto a principal indicação desta técnica é nos casos de infertilidade de causa indeterminada. Na realidade, esta técnica de introdução do sêmen logo após a ovulação estimulada por hormônios tem demonstrado ser eficaz em muitos casos. Para que esta técnica tenha resultado é imprescindível que as trompas estejam permeáveis e que o número e qualidade dos espermatozóides sejam razoáveis.

- Fertilização *in vitro*: Vários óvulos são removidos do ovário após uma indução da ovulação com medicamentos. A remoção destes óvulos é feita através da vagina orientada por ultra-som endovaginal. Estes óvulos são fecundados com os espermatozóides do marido ou de um doador. Uma variação importante desta técnica é a I.C.S.I. (Injeção Intracitoplasmática de Espermatozóides) onde os espermatozóides são obtidos através de colheita natural ou aspiração do epidídimo ou extraídos do

fertilização *in vitro*)

quando apenas um espermatozóide é injetado no óvulo através de micromanipulação. Após o acompanhamento microscópico destes embriões é realizada a transferência de não mais de três para o útero.

A infertilidade acomete muitas mulheres, e traz o sofrimento para a vida do casal. Tentativas frustrantes podem levar conflito para o relacionamento e a infelicidade. A adoção é uma opção para amenizar o sofrimento, mas muitas pessoas ainda não têm esse entendimento.

As mulheres inférteis passam por uma série de exames clínicos e laboratoriais, dolorosos e constrangedores e geralmente têm um preço inacessível.

Segundo Belsey e Ware (1988) o sucesso nos tratamentos é incerto e pouco comum. Os métodos contraceptivos, o alto índice de aborto e outros procedimentos fazem com que a adoção fique mais inacessível, pois nascendo menos crianças, faltam para serem entregues à adoção.

Verifica-se a existência de dois aspectos diferentes: o aspecto positivo refere-se à tomada de consciência por parte das mulheres quanto à prevenção e os aspectos negativos se referem à falta de crianças disponíveis para a adoção e o aborto, crime condenado socialmente.

O *stress* acomete muitas mulheres que tentam engravidar, pois como um fator psíquico e emocional, pode ser visto como um empecilho. Uma série de hormônios, entram em ebulição com o *stress* instalado; todo o organismo da mulher sofre a influência impedindo ocasionalmente a fecundação.

Segundo Cabau e Senarclens (1988), os fatores somáticos devem ser avaliados em conjunto, pois um influencia o outro, por estarem interligados.

Quando a mulher passa por uma fase de sensibilidade, o médico trata a parte fisiológica, mas deveria ser dado um suporte psicológico para que sentimentos hostis como a culpa não se manifestem, ou pelo menos sejam amenizados. A mulher sente que todos a estão olhando e a condenando por ser infértil; muitas vezes esconde sua situação visando evitar críticas destrutivas. A obsessão, devido ao desejo compulsivo

de exercer a maternidade, também acomete muitas mulheres nessa condição, pois sentem dificuldades em realizar outras atividades.

Sabe-se que a vida do casal fica comprometida, pois o ato sexual passa a ter um único objetivo, o da fecundação. Muitas vezes há redução no prazer do envolvido; a relação transforma-se numa rotina, na tentativa de conceber.

A adoção de uma criança pode coincidir com uma gravidez inesperada e muitas vezes inexplicada. O que pode estar ocorrendo é que o fato de adotar uma criança traz um certo alívio para a mulher, pois acaba aquela obsessão, *stress*, todos advindos de uma questionável infertilidade. A mulher estando em estado de equilíbrio hormonal, em muitos casos consegue conceber após a adoção. Sabe-se que um dos motivos das alterações fisiológicas são as alterações psicológicas e doenças psicossomáticas.

Conclui-se que são vários os fatores responsáveis pela infertilidade, sendo assim o diagnóstico muitas vezes é falho, e o simples fato do desejo de ter filhos não ser mais o foco de atenção dessas mulheres, pode fazer com que uma infertilidade temporária, para não dizer falsa, desapareça.

Após esta fundamentação teórica acerca da relação entre maternidade e infertilidade, será exposta a metodologia utilizada.

Metodologia

Sujeitos

Foram selecionadas cinco mulheres inférteis para compor a amostra. O critério utilizado para a seleção foi o seguinte: mulheres cuja faixa etária varia entre 25 e 35 anos de idade, alfabetizadas, com renda média familiar variável, sem filhos, que ainda não obtiveram sucesso com o tratamento para o problema de infertilidade e que tenham o grande desejo de ser mãe. Descrição dos sujeitos:

Idade	Estado Civil	Religião	Escolaridade	Renda
29 anos	Solteira	Católica	Ensino médio incompleto	3 salários mínimos
32 anos	Casada	Evangélica	Ensino fundamental	3 salários mínimos
35 anos	Casada	Evangélica	Ensino fundamental incompleto	2 salários mínimos
26 anos	Casada	Católica	Ensino médio	6 salários mínimos
27 anos	Casada	Evangélica	Superior	16 salários mínimos

Instrumento

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, que visa conhecer o tema em questão. O instrumento utilizado será uma entrevista semi-estruturada que auxiliará na investigação de detalhes a respeito do tema proposto.

Os eixos da entrevista serão baseados no tema, onde o objetivo é o de verificar a visão de adoção que mulheres inférteis têm. O roteiro (apêndice I) da entrevista servirá para orientar na investigação do tema. Pretende-se conhecer até que ponto o desejo de ser mãe influencia na adoção; o conceito de maternidade e adoção; por que o casal

optou pela fertilização como um primeiro recurso; como é o relacionamento do casal diante da infertilidade da mulher; verificar se estão preparados para receber uma criança; se houve frustração durante o tratamento e como se deu o processo; qual a visão de um filho adotivo; saber se a adoção é uma possibilidade em suas vidas; saber se o preconceito social influencia na tomada de decisão do casal, etc.

Procedimentos

Uma clínica especializada no tratamento de infertilidade, auxiliou-me indicando algumas mulheres que fazem parte de um programa de assistência às mulheres inférteis da rede pública. Nenhuma entrevista foi realizada em locais de atendimento da rede pública, apenas o primeiro contato foi feito nesse contexto.

Para analisar os dados foram utilizados como recursos, a leitura com profundidade e categorização das falas das entrevistadas, com o intuito de encontrar aspectos comuns nas falas. O gravador também foi um recurso utilizado.

Realizada a pesquisa apresentam-se, em síntese, os dados obtidos e os comentários referentes aos mesmos. A fundamentação teórica auxiliará na discussão dos resultados.

Discussão/Resultados

Com a pesquisa foi possível verificar a visão que as mulheres têm acerca da adoção e da maternidade. Para isso foram formuladas duas tabelas de categorização, que se encontram no apêndice II, para explicitar os dados obtidos. Segue abaixo a discussão das categorias presentes na tabela sobre maternidade e na tabela sobre adoção respectivamente. Segue a discussão de cada categoria.

1) Maternidade

a) Cuidado materno: nessa categoria é possível visualizar qual a concepção que essas mulheres têm acerca de criação e cuidado materno.

“Mãe não é quem gera e sim quem cria, cuida, trata bem e dá amor.” (Suj. 5)

“Mãe não significa parir o filho e sim cuidar da vida dessa criança.” (Suj. 2)

De acordo com Bandinter (1985), a maternidade antigamente era vista como sendo exercida obrigatoriamente, não havia zelo pelo filho e nem cuidados maternos, a criança era entregue a amas de leite, governantas, internatos, mas não era criada pela mãe. Após um movimento feito para conscientizar a importância da amamentação, dos cuidados nos primeiros anos de vida, da dedicação especial, algumas mulheres passaram a se dedicar e cuidar do filho, porém muitas exerciam seu papel obrigatoriamente visando se livrar de punições e penalizações.

Nas falas das que desejam ser mãe fica marcada a importância desse papel e o que ele significa.

As falas mostram que a maternidade se resume em: cuidar bem, dar amor e tratar bem o filho. Parir não significa ser uma boa mãe, assim como os animais, parir está relacionado ao instinto, e nada mais é do que dar a vida.

Acredita-se que ser mãe está diretamente ligado à criação, à forma como se cria o filho e não ao simples fato de parir uma criança, por no mundo é fácil, mas ter amor, preocupação carinho e atenção é uma conquista diária na vida da mulher.

b) Concepção: apresenta a visão que as mulheres têm do que é exercer a maternidade, e a partir de que momento isso ocorre.

“Acredito que só é possível exercer a maternidade a partir do momento que a criança nasce, enquanto é um feto e está no ventre, acho que ainda não se pode dizer que a mãe está exercendo a maternidade.” (Suj. 1)

“Acho que quando a mulher está grávida ela vai descobrindo o poder de ser mãe, até que ela ganhe esse bebê ela já aprendeu, ou melhor, se acostumou com a idéia de ser mãe.” (Suj. 2)

Ser mãe é uma aprendizagem, enquanto a mulher está esperando o filho ela vai se preparando para a chegada da criança, muitas mulheres conversam com o filho ainda no ventre, colocam músicas para o bebê e já se sentem mães.

Existem aquelas que acreditam que ser mãe só se concretiza a partir do momento que a criança nasce, mas se esquecem que os cuidados (alimentação da gestante, vacinas, vitaminas e outros) já começam a partir do momento que ela descobre que está grávida. As mulheres antigamente trabalhavam na roça e muitas vezes não tinham condições de tomar certos cuidados inerentes à gestante.

As mulheres entrevistadas ainda não são mães, sendo assim, nas falas fica clara a preocupação a partir do momento que a criança nasce, e verifica-se que durante a gestação há a idéia de descoberta do poder de ser mãe, vêem como uma descoberta mas não como sendo já o momento de exercer a maternidade.

C) Benção de Deus: as mulheres entrevistadas se colocam quanto à crença religiosa de que ser mãe é um dom divino.

“Maternidade é uma benção de Deus e um privilégio para a mulher ter um ser sendo gerado dentro do ventre.” (Suj. 5)

“Maternidade é uma benção de Deus, amor de mãe, acho que o desejo natural de ser mãe acompanha a mulher, mas existe uma hora certa para que ele se manifeste.” (Suj. 2)

A crença de que maternidade é um privilégio e de que significa ser abençoada por Deus ficou bem clara na maioria das entrevistadas, a fé e a crença estão presentes na fala e verifica-se que em momentos de dificuldades as pessoas tendem a ter mais fé do que no cotidiano quando nada as aflige. Acredito que por ser o criador de todas as coisas, Deus é a representação da esperança e o filho significa um presente, ou seja, uma benção de Deus. Segundo Mansur (2003), a mulher sem filhos se sente seca,

vazia e sem vida, e só se completa com a fertilidade. Até mesmo sua identidade fica confusa se ela não exerce o papel de mãe.

D) Casal e maternidade: a categoria apresenta a relação do casal diante da ausência de um filho.

“A condição psicológica é muito importante, não adianta eu querer um filho e meu esposo não, se não terá brigas futuras e desentendimento.” (Suj. 4)

“Pra mim família não é só marido e mulher, para me realizar como mulher preciso de uma família completa com filhos e cheia de alegria.” (Suj. 5)

A família é constituída pelo pai, mãe e filhos. Ainda hoje a família é dita patriarcal Mansur (2003), onde o pai é o chefe e a mãe cuida dos filhos, porém isso já está bem modificado porque muitas mulheres têm seus filhos sem constituir uma família, e o homem, quando presente, não detém o poder em relação a sua família.

Na fala das entrevistadas a presença masculina é imprescindível na constituição da família, as mulheres relatam que para se constituir uma família é preciso: pai, mãe e filho. A presença do filho é fundamental para que o casal se realize enquanto tal. A mulher se realiza com uma família completa, e essa completude está diretamente relacionada à maternidade. Na fala também fica visível que a decisão pela vinda de um filho deve ser conjunta, o marido e a mulher devem entrar num acordo para que a presença do filho não desestruture a vida do casal.

E) Mais uma fase na vida da mulher: nessa categoria fica claro que a mulher tem vários papéis na sociedade, e que um deles é ser mãe.

“Antigamente os papéis atribuídos à mulher eram três: casar e ser mãe, ser prostituta ou ficar pra titia, então era ”obrigação” da mulher procriar, mas hoje a mulher tem vários papéis. Digamos que sua vida está mais preenchida.” (Suj. 1)

“Acho que a vida da mulher se completa de outras formas também, ela precisa ter outros objetivos (faculdade, trabalho,...) pra mulher ser mãe tem que constituir sua vida primeiro, alcançar os outros objetivos para dar boas condições pro filho. Pra ter a vida completa depois de tudo na vida ela precisa ser mãe, senão sempre vai ficar faltando alguma coisa.” (Suj. 4)

Bandinter (1985) relata que a mulher antigamente tinha dois papéis: ser boa mãe e esposa, sua identidade de mulher era preservada de acordo com o bom desempenho desses dois papéis.

Atualmente a mulher reage quanto a submissão em relação ao marido, quanto à maternidade continua dedicada, mas muitas vezes não tem tempo para exercer a maternidade de forma plena . A mulher ocupou seu espaço e tem vários papeis para desempenhar, são eles: de profissional, de mãe, de esposa, de dona de casa, de estudante, de filha, etc....

A responsabilidade por criar e educar bem seu filho fica visível nas falas das entrevistadas; pretendem se preparar para receber o filho em boas condições, não transferem a responsabilidade financeira para o marido como era comum antigamente. A vida da mulher não é mais exclusividade do filho e do marido, ela tem que saber administrar seu tempo de acordo com os papéis que desempenha, e a maternidade é mais uma etapa que completa a mulher.

Ainda hoje a maternidade se mostra fundamental para completar e satisfazer a vida da mulher, e mais do que nunca elas lutam pela vinda de um filho.

F) Desnaturalizando a maternidade X desejo materno: essas duas categorias merecem um debate entre elas, devido à oposição entre as idéias presentes, a maternidade é exercida com base em alguns princípios, sendo assim, as falas abaixo mostram o que é comum partir de uma mãe, e o que não é.

“Acho que muitas mulheres colocam filhos no mundo sem ter o desejo de ser mãe, apenas para mostrar à sociedade que é capaz ou por descuido, enquanto há outras como eu que têm o desejo mas o estado físico não permite.” (Suj. 1)

“Existem várias mães que não têm paciência com criança, não gostam, criam por obrigação como se fosse um bicho.” (Suj. 1)

“Existem muitas que têm esse desejo e um instinto materno forte, acredito no instinto materno assim como no animal, mas no desejo natural não.” (Suj. 1)

“Acho que toda mulher já nasce com o desejo natural, e isso está relacionado à própria natureza da mulher, pelo fato da criança ser gerada dentro da mulher, acredito que esse desejo já está na essência dela.” (Suj. 5)

De acordo com Bandinter (1985), por volta dos séculos XVII e XVIII, as mães não tinham o menor interesse pelos filhos, as crianças eram criadas por amas de leite que nem sempre garantiam a sobrevivência destas crianças devido às péssimas condições de higiene e à falta de estrutura. As crianças eram devolvidas em estado de desnutrição ou com outras anomalias devido à falta de cuidado e ao estado de saúde deficiente das amas de leite.

Diante dessa situação verifica-se que o que há na fala das entrevistadas é uma observação importante, alegando que muitas mães só tinham seus filhos devido a uma cobrança social e que quando os tinham não dispensavam a eles os cuidados dignos de uma mãe.

A sociedade, ainda tem a presença marcante de mães que não querem ser mães, aquelas que têm seus filhos por imposição social ou por descuido pessoal. Essas criam muitas vezes seus filhos em condições que não são dignas do ser humano.

Conforme Vasconcelos (conforme citado por Nascimento & Ferreira, 2002) toda mulher já traz o desejo natural quanto à maternidade. Aquelas que rejeitam o filho são apontadas como sendo doentes, vê-se o olhar preconceituoso da sociedade, insistindo e responsabilizando a mulher, como se a sua essência fosse ser mãe.

Foi-se o tempo em que a mulher tinha como seus papéis fundamentais o casamento e a maternidade; nos tempos de hoje a mulher tem papéis, às vezes, mais importantes e interessantes para ela do que a maternidade. A maternidade pode ser uma opção ou não para a mulher, e ela tem liberdade de escolha, um dos principais motivos dessa liberdade é sua independência, autonomia e falta de submissão. Optando pela maternidade, acredita-se que deve exercer seu papel de forma digna, cuidando e zelando pelo bem estar de seu filho.

Nas falas observa-se que a maternidade está em primeiro lugar na vida dessas mulheres, o desejo de ser mãe e a vontade de formar uma família acompanha essas mulheres.

As falas são bem diferenciadas, acredita-se no instinto materno assim como no animal, onde a procriação faz parte da essência da mulher, e ao mesmo tempo nega-se o desejo materno. Na outra fala verifica-se a crença nesse desejo natural, de que

acompanha a mulher desde o seu nascimento, é sua essência e sua marca, percebe-se que a mulher que não tem esse desejo natural pela maternidade é tida como anormal.

Pensa-se que o desejo natural é uma imposição por parte da sociedade e muitas vezes o desejo particular de determinadas mulheres acaba influenciando aquelas que não o têm. O instinto materno acompanha todas as raças, mas se manifesta a partir do momento que uma nova vida está em questão, parece mais um instinto de sobrevivência; no caso da mulher, significa um grito ou choro do filho pela sobrevivência. O desejo materno é algo mais profundo, seria o amor e todo tipo de sentimentos fraternos e amorosos dispensados ao filho, por vontade própria e não como um simples reflexo como é o caso do instinto.

G) Condições para exercer a maternidade: o que uma boa mãe necessita para cuidar minimamente bem de um filho.

“Acho que a mulher tem que estar preparada pra ser mãe, primeiro em termos financeiros porque criança gasta muito. A condição psicológica também é importante, seria não ser pega de surpresa e conhecer as mudanças que a vinda de um bebê promove.” (Suj. 4)

“A partir do momento que você tem o filho você passa a trabalhar mais porque sabe que tem uma vida dependendo de você, como mãe vou querer o melhor pro meu filho, penso no futuro dele mais tarde, para que ele tenha uma vida mais fácil.” (Suj. 3)

Mansur (2003) relata que a responsabilidade financeira antigamente era atribuída ao pai, na sociedade patriarcal, a mãe era responsável pela educação dos filhos, que muitas vezes era tarefa de governantas, sendo assim, a mulher ficava isenta de qualquer tipo de preocupação em dar o melhor para o seu filho, isso era responsabilidade do pai, pois até mesmo a mãe (esposa) dependia do sustento por parte do marido.

Atualmente a sociedade patriarcal já não se faz presente com tanta intensidade, pois as tarefas são distribuídas, e tanto o homem quanto a mulher, são responsáveis pela educação, aspectos psicológicos e financeiros envolvidos na criação de uma criança.

Nas falas nota-se que há uma preocupação grande das mulheres em dar o melhor para seus filhos, em criar estruturas mínimas para que eles cresçam com

dignidade, educação e saúde. Vê-se que a maternidade deve ser exercida com responsabilidade em todos os aspectos.

H) Caminhos para ser mãe: o que a mulher que não pode ser mãe, devido a algum impedimento físico deve fazer para ter um filho.

“Primeiramente a mulher deve procurar os médicos e os tratamentos que a cada dia estão sendo mais bem sucedidos. Após essa etapa a adoção.” (Suj. 5)

“Eu procurei primeiramente pelo tratamento, os exames que o doutor me passou são para ver se a trompa está só entupida, se for isso é mais fácil de engravidar. Se for mais complicado do que isso, se não houver nenhuma possibilidade de engravidar, eu ver que realmente não tem jeito, tentaria a inseminação artificial.” (Suj. 3)

Nota-se nas falas a insistência pelos recursos médicos para tentar engravidar, não se pode afirmar se há, por parte dessas mulheres, medo de adotar, preconceito ou insatisfação diante do desejo de ser mãe naturalmente.

O meio natural de ser mãe é a forma mais fácil de conceber um filho, menos burocrática e mais prática. As mulheres que não podem ter filhos por algum impedimento físico tentam tratamentos, pois o que está na moda hoje em dia são as clínicas especializadas em reprodução humana e outros tipos de tratamentos para que uma mulher consiga gerar um filho. As campanhas, atualmente, são as de fertilização, técnicas novas e aperfeiçoadas que custam uma fortuna, tudo para que uma mulher consiga dar a luz.

As mulheres entrevistadas fazem tratamento na rede pública, pois não têm condições de pagar por tratamentos particulares, verifica-se que há uma necessidade e uma crença em Deus muito forte de que este é o caminho certo, uma delas disse que prefere a inseminação artificial à adoção. A mídia está, através das campanhas, impondo que seja dessa forma, antes os recursos eram precários e quase não se falava em tratamentos para engravidar, hoje isso é super valorizado e divulgado, e até a camada mais pobre da população tem acesso aos recursos. A adoção fica em terceiro plano, pois é colocada como sendo a última opção e o último recurso.

I) Cobrança social: como a sociedade cobra a presença de um filho.

“Acho que o que leva uma mulher a procurar pelos tratamentos é a imensa vontade de ser mãe, tanto a vontade particular quanto a imposta pela sociedade.” (Suj. 1)

“Acredito que ser mãe é algo imposto pela sociedade, uma cobrança social.” (Suj. 4)

Observa-se que a pressão social influencia na forma de pensar das futuras mães, além da vontade natural de ser mãe, por trás existe a sociedade que estranha e questiona quando vê um casal sem filhos. Uma pergunta freqüente e para muitos incômoda é: “você têm filhos?”

De acordo com Fonseca (2002), por volta dos séculos XVII e XVIII, os filhos eram gerados para se tornarem herdeiros da fortuna dos pais ou para continuarem a árvore genealógica da família. Conclui-se que sempre foi uma imposição social, não significa que não há o desejo inato de ser mãe em algumas mulheres, mas muitas procriam para ter apoio futuro, casa cheia de gente, herdeiros e até mesmo para dar uma satisfação social. Acredita-se que muitas dessas cobranças sociais são responsáveis pela dificuldade de algumas mulheres engravidarem, pois a pressão psicológica é um determinante importante quanto à dificuldade de algumas mulheres procriarem. Afinal, tudo que é feito sob pressão fica mais difícil.

J) Crença religiosa: a importância que Deus tem na vida dessas mulheres.

“Para engravidar é preciso se agarrar muito em Deus, falo de Deus porquê nada sem ele é possível. Há três anos atrás Jeová apareceu e disse que eu seria mãe de um filho homem, mas que enfrentaria muita dificuldade até conseguir.” (Suj. 2)

“Até o momento quero tentar ter um filho meu e sei que Deus vai me ajudar, por isso não pensamos na adoção no momento, Deus avisou que ia demorar por isso estamos aguardando a palavra de Deus se cumprir.” (Suj. 2)

A fé é fundamental para dar forças e fazer com que as pessoas acreditem nas suas verdades. As entrevistadas mostraram em vários momentos essa fé em Deus, Acreditam que Ele soluciona o problema da infertilidade.

Observa-se que não há muito conhecimento por parte dessas mulheres para ver que é um problema físico, mesmo sabendo que milagres acontecem e que a fé é de

extrema importância, a pessoa tem que fazer por onde. Pensa-se que se Deus não deu a essa mulher a fertilidade natural, é porque sabe da sua capacidade de amar e receber um filho de outra forma.

A religião é o que une e ao mesmo tempo separa as pessoas, ser radical pode ser um problema e cega as pessoas, o bom senso e a sabedoria auxiliam na caminhada de todos os fiéis.

2) Adoção

a) Categoria filho adotivo: trata das diferentes conceituações, por parte das entrevistadas, para filho adotivo.

“Penso que uma criança adotada recebe mais amor que um filho biológico dependendo do momento que a mulher vive.” (Suj. 1)

“Mesmo sendo adotado não vou tratar como adotado, porque antes de mais nada é meu filho, foi escolhido.” (Suj. 5)

As falas que as entrevistadas declinaram acerca do filho adotivo, não coincidem com o preconceito que pode ser notado nas entrevistas. Relatam que criariam da mesma forma, mas deixam escapar em alguns momentos coisas do tipo: “a adoção seria a última opção”.

Não dá para afirmar que há um preconceito, mas há um medo, uma certa insegurança na fala que influencia no meu modo de pensar, pode-se perceber que a adoção não é tão aceita pelas entrevistadas e nem é uma opção atualmente; estão canalizadas e direcionadas para tratamentos de fertilização, alegam que querem tentar a gestação.

Segundo Monteiro (1997) no século XX, a adoção nada mais era do que um acordo, costumava-se pegar pessoas para serem herdeiros da fortuna de casais que não tinham filhos, mas muitas vezes a igreja interferia alegando que não era correto deixar todos os bens para um “estranho”. Aos poucos a adoção foi sendo conquistada e passou a ser legalmente reconhecida, sendo assim, os filhos adotivos passaram a ter os mesmos direitos que os filhos biológicos. A sociedade ainda discrimina, mas a aceitação existe perante a lei e suas adaptações.

Cabe à pessoa que deseja adotar, ignorar os preconceitos e pensar que é uma vida que se faz presente, respeitá-la e amá-la baseando-se em todos os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O desejo pela igualdade, entre um possível filho biológico e um adotivo, fica claro nas falas das entrevistadas, mas a insegurança quanto à concretização desse desejo deixa dúvidas, pois denota muita insegurança.

B) Amor pelo filho: observa-se o sentimento das mães diante da suposição de um filho adotivo.

“Penso que o filho adotivo já é meu mesmo, se eu não amar o adotivo igual ou até mais que o biológico o meu adotivo vai se sentir discriminado pensando que amo mais o biológico, acredito que por isso algumas mulheres investem mais amor no filho adotivo.” (Suj. 2)

“O que motivou uma amiga minha a pegar uma criança que colocaram na porta da sua casa para criar, foi o amor que ela sentiu ao ver o bebê na cestinha.” (Suj. 4)

Nota-se dois fatores importantes nas falas, um deles é a obrigação em amar o filho adotivo, pois a entrevistada coloca que sendo ele um rejeitado pela mãe biológica, a obrigação de quem o adota é amá-lo. Quanto a essa questão novamente o preconceito faz-se presente, pois só o fato de sentir obrigação em amar uma criança já é um empecilho para que o relacionamento seja afetado, pois a mãe não saberá distinguir o que realmente sente pelo filho e o que deve sentir, essa dúvida pode acarretar um sofrimento futuro tanto para a criança quanto para mãe, pois se em algum momento a mãe descobrir que não ama realmente e não consegue amar o filho, isso proporcionará o distanciamento e até uma possível rejeição futura.

A outra questão trata do amor espontâneo, sem obrigação, trata de uma escolha feita por afinidade e amor. Ao ver a criança na porta da sua casa a mãe sentiu-se motivada, e a espera por um filho já existia há muito tempo. Segundo o relato da entrevistada, o que motivou a adoção foi o amor e a afinidade existente entre adotante e adotado, que é o que ocorre nos abrigos que as crianças ficam a espera de um lar. O que motiva ou influencia na desistência da adoção, muitas vezes é o período de convivência que ocorre entre os supostos pais adotivos e a criança nos abrigos, esse convívio temporário é promovido pelas Varas da Infância e da Juventude.

Existem diferentes formas de amar, e é muito particular a maneira como cada pessoa demonstra amor e afeto, sendo assim, não cabe a mim julgar o que é o sentimento de amor pelo filho.

C) Responsabilidade: mostra como é o nível de responsabilidade pelo filho adotivo.

“A responsabilidade por ele ainda é maior porque você pegou e levou pra casa, se responsabilizou em dar uma vida digna pra ele.” (Suj. 3)

Essa fala foi de extrema importância, mostra que o nível de responsabilidade pelo filho adotivo é ainda maior do que se fosse um filho biológico, pois por ter sido escolhido, a responsabilidade em dar uma vida digna para a criança, é algo de extrema importância. Percebe-se que se for para retirá-lo de algum abrigo é para lhe dar melhores condições do que ele tinha. Mais uma vez faz-se presente a obrigação e a preocupação em dar o melhor, isso deve ocorrer pelo simples fato de não ter sido o acaso que lhe trouxe, foram buscá-lo. É como se tivessem prometido a alguém que retirariam as crianças das condições em que estavam para lhes proporcionar melhores oportunidades.

De fato o responsável pela Vara da Infância e da Juventude de Brasília, relata que existem várias etapas até que a adoção seja efetivada, diz que existem pessoas que não pensam em adotar, e sim em comprar crianças, achando que condições financeiras superiores e ganância vão fazer com que o juiz entregue uma criança. Por ser grande a responsabilidade da equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude, a adoção só é efetivada quando há qualificação dos casais que requisitam a adoção em todos os aspectos. Não é permitida a entrega para casais que não demonstrem condições e um desejo real de adotar uma criança, pois nos abrigos elas têm a sua integridade resguardada.

D) Preconceitos quanto à adoção: visualizam-se os preconceitos que existem acerca da adoção.

“A mãe não tem preconceito, mas quem está de fora tem, às vezes a família e isso muitas vezes impede a adoção diante do preconceito das pessoas.” (Suj. 2)

“Já pensei em adotar, mas é ruim pensar nisso. Ruim porque não seria o meu filho, eu quero engravidar e ter o nosso filho.” (Suj. 4)

Os preconceitos quanto à adoção se fazem presentes nas falas das entrevistadas. Verifica-se que a adoção é considerada ruim e que o filho adotivo não seria o filho verdadeiro. Segundo Mansur (2003) a sociedade presume que a função de maior relevância biológica e social no casamento é a de ter filhos. O impedimento desse ideal devido à infertilidade pode ser visto como um defeito vergonhoso e como um estigma social. A gestação é de extrema importância para a mulher, sua identidade e seus ideais quanto à maternidade são marcados pela vinda de um filho biológico.

Conforme Motta (2005) a negação da realidade da adoção e o segredo são reforçados por atitudes pessoais e sociais. O segredo muitas vezes é reforçado pelo preconceito social e pessoal, sendo assim as mulheres escondem dos filhos e isso futuramente pode ser percebido por eles como algo ruim e vergonhoso, por ser motivo de segredo.

Quando a mãe já carrega esse preconceito consigo, a adoção não deve se concretizar porque podem ocorrer sentimentos de insegurança e de rejeição futura em relação ao filho adotivo. Pensa-se que uma pessoa para adotar deve estar preparada psicologicamente e livre de qualquer tipo de preconceito antes de receber um filho. Os preconceitos sociais podem ter um grande efeito sobre os pessoais, influenciando na tomada de decisão de certas mulheres.

Uma das entrevistadas diz que a mãe não tem preconceitos, mas que a sociedade tem e isso interfere no relacionamento e pode vir a prejudicar a criança. Até mesmo a visão da família de quem adota pode estar carregada de preconceitos e não aceitar essa condição.

Acredita-se que a sociedade ainda precisa de muita evolução e preparo para enxergar que é uma vida, não importa como nasceu, mas é um ser que necessita de todos os cuidados e amor para desenvolver seu potencial. O desejo de ser mãe que algumas mulheres carregam se preenche com a vinda de uma vida, e os cuidados maternos serão os mesmos, ou seja, não importa se é um filho biológico ou a adotivo, antes de tudo é uma vida que precisa de uma chance para sobreviver.

E) Diferenças entre o filho biológico e o adotivo: discutem-se as diferenças que as entrevistadas acham que pode existir.

“Acredito que se a mãe cria com muito amor e carinho não há diferença, mas se a mãe for criar já com o pensamento de que não é seu filho, acaba que o psicológico da mãe a torna indiferente.” (Suj. 4)

“Tem diferença sim, o vínculo entre a mãe biológica e o filho é mais forte, até porque ele foi gerado no ventre materno. O amor e a expectativa se mantêm o mesmo, mas o vínculo com o filho adotivo é menor.” (Suj. 5)

No primeiro exemplo nota-se que a indiferença na forma de tratar o filho adotivo é que vai determinar a relação e o sentimento que a mãe tem por ele. Se a mãe cria cheia de preconceitos a diferença se faz naturalmente, mas se o tratamento for o mesmo em relação ao filho biológico a relação não fica comprometida.

De acordo com Monteiro (1997), antes do século XX não havia muitos movimentos para legalizar a adoção, o filho adotivo era destituído de qualquer tipo de herança e era visto como ilegítimo. Sendo assim a herança era deixada para a igreja, mas em nenhuma hipótese para um filho ilegítimo. A diferença entre o filho de criação e o filho legítimo era gritante.

Depois da virada do século o Estado passou a intervir, pois diferente da igreja, não tinha interesses no patrimônio de famílias sem herdeiros. Começou um pequeno movimento para tornar a adoção menos agressiva e mais aceita. Hoje o Estatuto da Criança e do Adolescente garante igualdade no tratamento e igualdade na distribuição dos bens entre filho adotivo e filho biológico. Com a adoção legal todos os direitos do filho adotivo são resguardados e até na sua certidão de nascimento consta o nome dos pais adotivos, não há nenhum vínculo com a família biológica.

Atualmente, a diferença só se faz presente na cabeça das pessoas, e isso é complicado de mudar, mas perante a lei não há nenhuma diferença entre o filho adotivo e o filho biológico.

No segundo exemplo observa-se que o fato de sair do ventre da mãe marca a diferença, por ter gerado um filho ele será sempre o predileto. Segundo Fonseca (2002) a valor dos laços sanguíneos é muito forte em nossa cultura. A importância das características genéticas parece que marca o filho, e sendo estas características de outra pessoa fica difícil para algumas mulheres amar da mesma forma. Na fala nota-se

que é como se faltasse uma parte de extrema importância para que o vínculo de mãe e filho possa se concretizar.

F) Adoção como uma possibilidade: trata-se da visão acerca da adoção e se ela é uma possibilidade na vida das entrevistadas.

“Ainda tenho vinte e sete anos e muito tempo pela frente para tentar engravidar, então no momento eu não penso em adoção, não é que seja uma hipótese anulada, mas não penso nisso agora, acredito que posso ser mãe naturalmente.” (Suj. 5)

“Voltando ao assunto acredito que a adoção é uma opção se não tiver nenhuma saída, já fez de tudo pra engravidar e não teve jeito.” (Suj. 3)

A adoção é vista pelas entrevistadas como uma última opção, não se pode afirmar que é só devido ao preconceito que pensam dessa forma, ficou claro nas falas que a experiência em gerar uma criança, em amamentar uma criança é de extrema importância para a mulher. Relatam que em parte o desejo seria realizado com a adoção, quanto à parte prática de cuidar de um bebê, mas o outro lado, de gerar uma vida ficaria incompleto e sem realização. Alegam que é importante carregar o bebê nove meses e amamentar, mas se não tiver outro jeito, a adoção fica sendo o último recurso para estas mulheres exercerem a maternidade.

Muitas mulheres que desejam ser mães têm o interesse em ver seu corpo passando pelas transformações durante a gravidez, não lhes tiro a razão, pois a maternidade começa a ser exercida a partir do momento que a mulher descobre que está grávida, mas em contra partida, a meu ver, não vale a pena insistir tanto em tratamentos frustrantes e sem garantia de sucesso enquanto há tantas crianças precisando de uma mãe.

Não estou desmerecendo a gravidez e nem a fase de amamentação, mas acredito que deve ser algo natural e não forçado pela medicina, é importante mas não fundamental para o exercício da maternidade. Existem outros meios, como a adoção, para se concretizar o sonho de ser mãe. O importante é o amor que a criança vai receber de quem a acolheu e a escolheu como filho.

G) Medo da perda: mostra o medo da retirada, por parte da família biológica, do filho adotivo.

“Não tendo jeito adotaria, mas para ser meu filho mesmo, sem que a mãe biológica venha buscar de volta.” (Suj. 4)

“Acredito na adoção legal que dá mais segurança pra quem adota.” (Suj. 4)

As entrevistadas têm receio quanto à adoção, um dos motivos é a insegurança quanto à perda do filho adotivo para a família de origem. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, hoje em dia a adoção legal garante ao adotante que não há nenhum tipo de ligação entre a mãe biológica e o filho, pois no momento em que a mãe biológica entrega seu filho para a adoção, a equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude tenta de todo jeito averiguar se essa criança não tem nenhuma possibilidade de permanecer na família de origem. Se não há possibilidade e a mãe biológica entrega o filho, após o período de preparação dos documentos necessários para efetivar a adoção e do estágio de convivência o adotando é entregue à família sem ter nenhum vínculo com a mãe biológica. Pode ser registrado e mesmo que a mãe biológica venha requerer o filho não terá mais direito legal sobre ele.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda hoje existe a adoção ilegal, onde a mãe entrega o filho para uma conhecida criar, ou coloca este numa cestinha, enfim, são várias situações distintas em que ela ocorre. Nesses casos quem “adota” não tem nenhuma garantia de que a mãe biológica irá requerer o filho de volta, corre o risco de perder a criança e de ser condenada pela justiça. A lei ampara os casos de adoção legal e condena a ilegalidade.

Vê-se que para garantir uma adoção com sucesso faz-se necessário procurar a Vara da Infância e da Juventude da região que reside e procurar os meios legais para efetivá-la.

Conclui-se que a maternidade e a adoção estão correlacionadas mesmo havendo diferenças entre esses dois conceitos. A adoção é uma forma bela de exercer a maternidade, considera-se um privilégio receber uma criança enviada pelo destino.

Observa-se ao longo da pesquisa incoerências nas falas das entrevistadas, onde não fica muito claro se a adoção realmente é uma forma de satisfazer o desejo de ser mãe. Fica claro que é uma possibilidade, mesmo sendo muito remota. Pode-se verificar que essa pequena amostra da sociedade ainda carrega o estigma da adoção, onde os preconceitos e a insegurança são explícitos.

A maternidade é uma expectativa na vida das entrevistadas, onde não há nenhuma certeza quanto à possibilidade de gestação, mas o desejo de ser mãe faz-se presente e a realização pessoal, em alguns casos, depende da presença de um filho.

Acredita-se que a adoção é o meio mais real de concretizar este desejo, mas a insistência em tratamentos e o preconceito da sociedade quanto à adoção, fazem com que essas mulheres pensem em exercer a maternidade através da adoção em última instância.

Segue o desfecho da pesquisa, onde será evidenciado o que foi mais relevante durante a pesquisa acerca da maternidade e da adoção.

Conclusão

De acordo com os objetivos citados no início do trabalho, verifica-se que o desejo de ser mãe se faz presente nas mulheres entrevistadas. Mesmo com limitações físicas, temporárias ou não, nota-se a vontade de exercer a maternidade.

A infertilidade traz sofrimento e gera frustrações, percebe-se nas falas a culpa pela condição de infértil e o sofrimento que tal condição traz, mas ao mesmo tempo nota-se muita fé e esperança quanto à crença religiosa. Deus é uma figura importante e presente que impulsiona essas mulheres no caminho dos tratamentos.

A inquietude diante de exames que não detectam nenhum motivo aparente para justificar a infertilidade faz com que algumas dessas mulheres não entendam sua condição e acreditem que aspectos psicológicos possam influenciar. O próprio *stress*, decorrente das tentativas frustradas em conceber, pode ser relevante no que se refere à infertilidade.

Vale ressaltar que tanto os aspectos psicológicos, quanto os aspectos físicos foram destacados no que se refere à preparação para exercer a maternidade. Uma boa mãe deve estar preparada em todos os sentidos, pois a mudança na vida da mulher é radical.

Quanto ao preconceito, nota-se que ele se faz presente de diferentes formas. Nas entrevistas fica explícito o medo do olhar da sociedade, o medo de como os parentes vão receber um filho adotivo, o medo de não existir o amor materno e o medo de como a própria criança lidará futuramente com a condição de adotada.

Conclui-se que a maternidade é um desejo forte e presente, mas que a adoção não se faz presente na consciência dessas mulheres, diante do preconceito, elas assumem que existiriam diferenças significativas entre um filho biológico e um filho adotivo. Não consideram a adoção uma hipótese anulada, mas é a última opção na vida dessas mulheres.

Observa-se nos relatos, que se não tiver jeito e a adoção for a escolha mais conveniente diante da situação, por parte da mãe existiria amor da mesma forma que por um filho biológico, mas talvez o pai e os demais não teriam capacidade para amar da mesma forma. Atribuem ao outro seus próprios preconceitos.

A mãe afirma que teria condição de amar o filho adotivo, mas em certos momentos se contradiz ao dizer que não sabe se existiria diferença, quanto ao sentimento, com a presença de um filho biológico.

O que assusta e deixa uma certa preocupação é que existem tantas crianças à procura de um lar e tantas mães querendo exercer a maternidade. Se não fosse essa barreira enorme do preconceito poderiam existir pessoas mais felizes.

APÊNDICES

Apêndice I

Roteiro de entrevista semi-estruturada

- 1) Como você definiria a maternidade?
- 2) Você acredita que toda mulher tem um desejo natural de ser mãe?
- 3) O que você acha da afirmação que as pessoas fazem: “a vida da mulher somente se completa com a maternidade”?
- 4) Você acha que para ser mãe a mulher precisa estar preparada? Como?
- 5) Que caminhos a mulher deve procurar quando deseja ser mãe?
- 6) O que leva uma mulher a procurar pela fertilização?
- 7) Você acredita que a adoção resolve o desejo da maternidade? Por que?
- 8) Acredita que existe diferença entre um filho adotivo e um biológico?
- 9) Você conhece algum caso onde o casal/a mulher tenha optado pela adoção? O que você acha que motivou essa decisão?

Bibliografia

- Bandinter. E. (1985). *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*. (D. Waltensir, trad.) Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Barbosa. R. M. & cols. (2002). *Interfaces: Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Belsey. M. A. e Ware. H. (1998) Aspectos epidemiológicos, sociais e psico-sociais da infertilidade. Em : Insler. V. e Lunenfeld. B. Infertilidade. (Traduzido por Arlete, R. S. & cols.) (p. 673-688). São Paulo: Editora Manole.
- Brasil, Congresso Nacional (2003). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. (ed. Rev.). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Brasil, Dra. Lídia N. D. W. USP/UFPR. (2001). Pais e filhos por adoção: um amor conquistado. **Disponível:** <http://www.cavanis.org.br/dow/tex/001.pdf>. Acesso em 22 de agosto de 2005.
- Chedid, S. (2000). Infertilidade. São Paulo: Editora Contexto.
- Fonseca, F.(2002). *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Editora Cortez.
- Cabau, A. e Senarclens. M. Aspectos psicológicos da Infertilidade. Em: Insler. V. e Lunenfeld. B. Infertilidade (Traduzido por Arlete, R. S. & cols.) (p. 691-715). São Paulo: Editora Manole.
- Lisboa, S. M. (1996). *Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- Mansur. L. H. B. (2003). *Sem Filhos: a mulher singular no plural*. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo.
- Motta, M. A. P. (2005). *Mães Abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Editora Cortez.
- Monteiro. S. M. (1997). *Aspectos novos da adoção*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- Siqueira. L. (2004). *Adoção: Doutrina e Jurisprudência*. Rio de Janeiro: Editora Folha Carioca.
- Vasconcelos, V. N. P. (2002). Mulheres honestas, mulheres faladas: casamento e papéis sociais. In: Silvia. L. F. & Enilda R. N. (Orgs). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. p. (201-219). Salvador: Editora NEIM/UFBA.
- Weber. L. N. D. (2000). *A pesquisa sobre adoção no Brasil: uma necessidade*. Psicologia Argumento,18 (26), 27-33.

Apêndice II

Maternidade I

Cuidado Materno	Concepção	Benção de Deus	O casal e a maternidade
Mãe é quem cria, não é aquela que deu a luz e gerou o filho.(s.1)	Acho que quando a mulher está grávida ela vai descobrindo o poder de ser mãe, até que ela ganhe esse bebê ela já aprendeu, ou melhor, se acostumou com a idéia de ser mãe. (S.2)	Maternidade é uma benção de Deus, amor de mãe, acho que o desejo natural de ser mãe acompanha a mulher, mas existe uma hora certa para que ele se manifeste. (S.2)	A condição psicológica é muito importante, não adianta eu querer um filho e meu esposo não, se não terá brigas futuras e desentendimento.
Mãe não significa parir o filho e sim cuidar da vida dessa criança. (s.1)	Acho que quando a mulher está grávida ela vai descobrindo o poder de ser mãe, até que ela ganhe esse bebê ela já aprendeu, ou melhor, se acostumou com a idéia de ser mãe. (S.2)	Maternidade é uma benção de Deus e um privilégio para a mulher para a mulher de ter um ser sendo gerado dentro do ventre. (s.5)	Acho que a maternidade é o desejo natural de todo casal, por quê todo casal quer dar continuidade a sua descendência. Todo casal têm o sonho de dar continuidade a sua espécie naturalmente. (s.5)
Ser mãe não é fácil mas ao mesmo tempo é um papel muito bonito.(s.3)	Dependendo do momento que a mulher vive, a gravidez ocorre sem que ela esteja preparada, enquanto que a adoção a mulher escolhe a hora certa para ter o filho, a adoção a mulher está buscando o filho e ele não chega por acaso. (S.1)	Maternidade é a experiência mais forte e mais próxima de Deus, por quê ele é o criador de todas as coisas, então gerar um filho é uma benção, é algo mais próximo de Deus. (s.5)	Pra mim família não é só marido e mulher, para me realizar como mulher preciso de uma família completa com filhos e cheia de alegria. (s.5)
Sempre quis ser mãe, pra mim a maternidade seria um sonho, um objetivo na vida mesmo. (s.4)	Acredito que só é possível exercer a maternidade a partir do momento que a criança nasce, enquanto é um feto e está no ventre, acho que ainda não pode dizer que a mãe está exercendo a maternidade. (S.1)		
Mãe não é quem gera e sim quem cria, cuida, trata bem e dá amor. (s.5)	A partir do momento que ela conhece é que ela vai ganhar aquele amor, aquela vontade de exercer a maternidade. (S.2)		
Ser mãe é uma escolha pessoal. (s.5)			

Cuidado Materno	Concepção	Benção de Deus	O casal e a maternidade
	<p>Penso que a maternidade precisa ser vivida pra poder falar, converso com minha mãe e recebo algumas informações, acho que é uma benção e um privilégio, mais eu poderia falar muito mais vivendo essa experiência. (s.5)</p>		
	<p>Ser mãe é ter um fruto do casal, vendo e acompanhando o crescimento, a saúde, as alegrias, passar os ensinamentos dos pais para a criança. (s.5)</p>		

Maternidade II

Mais uma fase na vida da mulher	Desnaturalizando a maternidade	Desejo Materno	Condições para exercer a maternidade
<p>Quero ter um filho mas não penso em casar e nem constituir uma família tradicional (mãe, pai e filho), e por enquanto é só mais um desejo mas não me impede de ser feliz, acredito que é muita insegurança da mulher achar que só se completa através da vinda de um filho.(s.1)</p>	<p>Acho que nem toda mulher tem um desejo natural de ser mãe, têm muitas mulheres que nem têm a vontade de ter filhos e outras têm contra a sua vontade, têm aquelas que abortam. (s1)</p>	<p>Existem muitas que têm esse desejo e um instinto materno forte, acredito no instinto materno assim como no animal, mas no desejo natural não.(s.1)</p>	<p>Acho que para ser mãe a mulher tem que estar preparada, acredito que tem que estar mais do que preparada, com estabilidade financeira sua vida e sua independência, quando tem filho muito nova quem cria são os avós, e isso eu acho um erro gravíssimo.(s.1)</p>
<p>Acho que tem tantas coisas que completam uma mulher, trabalho, vida amorosa (que muitas vezes é salva ou destruída com a vinda de um filho). (s.1)</p>	<p>Acho que muitas mulheres colocam filhos no mundo sem ter o desejo de ser mãe, apenas para mostrar a sociedade que é capaz ou por descuido, enquanto têm outras como eu que têm o desejo mas o estado físico não permite. (s.1)</p>	<p>Ter só pra dizer que é mãe eu acho bobagem, acredito que o desejo tem que estar presente, para que o filho seja cuidado com mais amor, acredito que o amor não vem a partir do momento que se descobre que está grávida, e sim a partir do momento que se sente vontade de ser mamãe. (s.2)</p>	<p>A preparação psicológica também é importante, pois têm muita mulher desajuzada por aí.(s.1)</p>
<p>Vai de opinião para opinião, no meu caso seria muito bom ter um bebezinho, constituir uma família, cuidar e ver ele crescer, acho que apesar das diferentes atividades que a mulher tem, a vida dela só se completa a partir do momento que ela tem um bebezinho. (s.2)</p>	<p>Existem várias mães que não têm paciência com criança, não gostam, criam por obrigação como se fosse um bicho.(s.1)</p>	<p>O desejo natural de ser mãe acompanha a mulher, mas existe uma hora certa para que ele se manifeste, eu sempre pensei em ser mãe mas parava e pensava que ainda não era o momento certo, quando me senti preparada resolvi tentar e estou batalhando por isso até hoje. (s.2)</p>	<p>O aspecto psicológico também é importante, um casal amigo nosso tentava engravidar e não conseguia, fizeram todo o tratamento e nada, quando eles adotaram a mulher descobriu que estava grávida e depois dessa gravidez ela ainda teve mais duas gestações. (s.2)</p>
<p>Não estou infeliz, mas eu quero ter um filho por quê isso faz parte da vida de uma mulher, de um casamento, constituir uma família que sem a presença do filho não é possível. (s.3)</p>		<p>Eu quero ter entendeu, tenho esse desejo, quero sentir, ver minha barriga crescer, acho que é uma emoção muito grande ainda não sou mãe mas penso que deve ser uma experiência única. (s.3)</p>	<p>Acho que a mulher tem que estar preparada pra ser mãe, primeiro em termos financeiro por quê criança gasta muito. A condição psicológica também é importante, seria não ser pega de surpresa e conhecer as mudanças que a vinda de um bebê promove. (s.4)</p>

Mais uma fase na vida da mulher	Desnaturalizando a maternidade	Desejo Materno	Condições para exercer a maternidade
<p>Antigamente os papéis atribuídos à mulher eram três: casar e ser mãe, ser prostituta ou ficar pra tia, então era “obrigação” da mulher procriar, mas hoje a mulher tem vários papéis digamos que sua vida está mais preenchida.(s.1)</p>		<p>Acredito que nem todas as mulheres nascem com o desejo de ser mãe, hoje em dia vemos muitas meninas novas tendo filhos e não sentem o menor amor por eles, largam com os avós, não se responsabilizam, não se preocupam, não querem saber se o filho está bem ou se está doente, então eu acredito que mulheres assim não têm desejo espontâneo, o filho veio e ela teve, mas nem durante a gestação ela se preocupou ou sentiu amor pela criança foi apenas um acidente e não um desejo dela. (s.3)</p>	<p>Acredito também na preparação financeira, pois tem muitas meninas que não tem condições de criar e fazem é abortar porque a criança não veio num momento desejado e a mãe não estava preparada. A mulher tem que estar preparada para a maternidade todos os dias porque é uma coisa inesperada e sendo assim a mulher que tem relações sexuais tem que estar preparada para ser mãe a qualquer momento e para arcar com as responsabilidades. (s.2)</p>
<p>Acho que a vida da mulher se completa de outras formas também, ela precisa ter outros objetivos (faculdade, trabalho,...) pra mulher ser mãe tem que construir sua vida primeiro, alcançar os outros objetivos para dar boas condições pro filho. Pra ter a vida completa depois de tudo na vida ela precisa ser mãe, senão sempre vai ficar faltando alguma coisa. (s.4)</p>		<p>No meu caso o que me levou a procurar pelo tratamento de fertilização foi o tempo de tentativas frustradas, três anos tentando sem conseguir engravidar e o desejo de ser mãe, se não fosse esse desejo eu estaria em casa até hoje prorrogando o tempo de procurar ajuda médica. (s.2)</p>	<p>A partir do momento que você quer ser mãe você passa por um período de preparação e no meu caso que quero engravidar estou me preparando, me preparando no sentido de esperar a barriga aparecer, sentir meu filho, saber lidar com as mudanças no corpo e na cabeça. (s.3)</p>
<p>Acho que a mulher não se completa só com a maternidade, se ela não conseguir gerar um filho e não tiver a opção da adoção, pode se sentir frustrada, mas ainda acredito que ela pode se realizar através de outros meios, como a adoção. (s.5)</p>		<p>Acredito que toda mulher têm o desejo natural de ser mãe, às vezes o filho vem na hora errada, sem ser planejado, mas a mulher logo percebe que tinha que ser dessa forma e ama o filho do mesmo jeito. (s.4)</p>	<p>A partir do momento que você tem o filho você passa a trabalhar mais por quê sabe que tem uma vida dependendo de você, como mãe vou querer o melhor pro meu filho, penso no futuro dele mais tarde, para que ele tenha uma vida mais fácil. (s.3)</p>

Mais uma fase na vida da mulher	Desnaturalizando a maternidade	Desejo Materno	Condições para exercer a maternidade
<p>No meu caso a maternidade é importante nesse momento, então eu lhe digo que só falta isso para que eu me realize e me sinta completa. (s.3)</p>		<p>O desejo de ser mãe e de constituir uma família completa fez com que eu procurasse pelos tratamentos. (s.5)</p>	<p>Acredito que uma mulher precisa estar preparada tanto física como emocionalmente para ser mãe. Uma criança de quinze anos não está preparada para se mãe por quê não tem uma estrutura familiar, nem um marido. (s.5)</p>
		<p>Acho que toda mulher já nasce com o desejo natural, e isso está relacionado à própria natureza da mulher, pelo fato da criança ser gerada dentro da mulher, acredito que esse desejo já está na essência dela. (s.5)</p>	<p>Acho que a mulher tem que estar preparada pra ser mãe, primeiro em termos financeiro por quê criança gasta muito. A condição psicológica também é importante, seria não ser pega de surpresa e conhecer as mudanças que a vinda de um bebê promove. (s.4)</p>
		<p>Acho que a vontade de ser mãe que leva a mulher a procurar tratamento, você vê todo mundo tendo filho e o tempo passando e você ficando pra trás, dá até um certo desespero. (s.4)</p>	<p>Para a mulher ser mãe ela precisa ter uma casa estruturada, preparar o quarto, trabalhar para dar as coisas pra ele, tanto financeiramente (comprar um carro para levá-lo ao médico, fazer uma poupança para os estudos dele, etc.....) quanto psicologicamente, penso dessa forma. (s.3)</p>

Maternidade III

Caminhos para ser mãe	Cobrança social	Crença religiosa
<p>Penso que a mulher que deseja ser mãe deve procurar todos os caminhos possíveis, todos os recursos, todos os meios. (s.1)</p>	<p>Acho que o que leva uma mulher a procurar pelos tratamentos é a imensa vontade de ser mãe, tanto a vontade particular quanto a imposta pela sociedade. (s.1)</p>	<p>Para engravidar é preciso se agarrar muito em Deus, falo de Deus porquê nada sem ele é possível. Há três anos atrás Jeová apareceu e disse que eu seria mãe de um filho homem, mas que enfrentaria muita dificuldade até conseguir.(s.2)</p>
<p>A base de tudo quando a mulher quer engravidar e não consegue é procurar um médico para ver o que está acontecendo. (s.2)</p>	<p>Acredito que ser mãe é algo imposto pela sociedade, uma cobrança social. (s.4)</p>	<p>Deus mostra a hora certa para se ter um filho, tento o mínimo de condições para viver, condições psicológicas e físicas para se ter um filho é o que está valendo.(s.2)</p>
<p>Eu procurei primeiramente pelo tratamento, os exames que o doutor me passou são para ver se a trompa está só entupida, se for isso é mais fácil de engravidar. Se for mais complicado do que isso se não houver nenhuma possibilidade de engravidar, eu ver que realmente não tem jeito eu tentaria a inseminação artificial. (s.3)</p>		<p>Até o momento quero tentar ter um filho meu e sei que Deus vai me ajudar, por isso não pensamos na adoção no momento, Deus avisou que ia demorar por isso estamos aguardando a palavra de Deus se cumprir.(s.2)</p>
<p>A mulher que quer ser mãe e não consegue deve procurar tratamento médico, fazer exames, e tudo que for possível. (s.4)</p>		
<p>Primeiramente a mulher deve procurar os médicos e os tratamentos que a cada dia estão sendo mais bem sucedidos. Após essa etapa a adoção. (s.5)</p>		

Adoção I

Filho adotivo	Amor pelo filho	Responsabilidade	Preconceitos quanto a adoção
<p>Fico até revoltada quando vejo casos de filhos adotivos que procuram pela mãe que deu a luz. (s.1)</p>	<p>Penso que o filho adotivo já é meu mesmo, se eu não amar o adotivo igual ou até mais que o biológico o meu adotivo vai se sentir discriminado pensando que amo mais o biológico, acredito que por isso algumas mulheres investem mais amor no filho adotivo. (s.2)</p>	<p>A responsabilidade por ele ainda é maior por quê você pegou e levou pra casa, se responsabilizou em dar uma vida digna pra ele. (s.3)</p>	<p>Muitas mulheres têm preconceitos quanto a adoção, o medo de pegar uma criança deficiente ou que desenvolverá alguma doença futura, isso pra mim é preconceito, pois se esse filho fosse biológico a mulher iria abandonar ou deixar pra lá. (s.1)</p>
<p>Penso que uma criança adotada recebe mais amor que um filho biológico dependendo do momento que a mulher vive. (s.1)</p>	<p>O que motivou uma amiga minha a pegar uma criança que colocaram na porta da sua casa para criar, foi o amor que ela sentiu ao ver o bebê na cestinha. (s.4)</p>		<p>A mãe não tem preconceito, mas quem está de fora tem, às vezes a família e isso muitas vezes impede a adoção diante do preconceito das pessoas. (s.2)</p>
<p>Pra mãe não tem diferença nenhuma ela vê o filho da mesma forma que um biológico, o amor vai ser o mesmo, mas a família pode sim discriminar e sentir essa diferença, amando o adotivo e o biológico de formas diferentes. (s.2)</p>			<p>Meu marido acredita que há diferença que o amor não vai ser o mesmo, não se faz discriminação, mas o amor que o pai sente é diferente, a mãe que está criando vê à criança adotiva com o mesmo amor. (s.2)</p>
<p>A criança não será filho só por quê saiu da sua barriga, o adotivo será da mesma forma.(s.3)</p>			<p>Já pensei em adotar, mas é ruim pensar nisso. Ruim por quê não seria o meu filho, eu quero engravidar e ter o nosso filho. (s.4)</p>
<p>Mesmo sendo adotado não vou tratar como adotado, por quê antes de mais nada é meu filho, foi escolhido. (s.5)</p>			<p>O filho adotivo (maior de cinco anos) não vai se adotar ao local e nem ao que as pessoas vão dizer dele. (s.4)</p>
<p>O que os outros vão pensar a respeito do meu filho adotivo não me preocupa, muitos dizem que se Deus não me deu é por quê não era pra ser, eu não acredito nisso, se você escolheu adotar uma criança é por quê identificou nessa criança uma afeição, um carinho. (s.5)</p>			<p>Acho que pegar uma criança sem ser recém nascida dá mais trabalho tanto para os pais que adotam quanto pra criança, ela vai achar estranho o ambiente novo, o jeito que os pais adotivos vão criá-la, acho que ela vai sofrer lá na frente. (s.4)</p>

Adoção II

Diferenças	Adoção como uma possibilidade	Medo da perda
<p>Tem muita diferença entre um filho adotivo e biológico. Tirando novamente por mim a minha mãe biológica adotou um menino e nós duas nunca nos entendemos muito bem, eu sempre fui uma boa filha mas nós duas não conseguimos nos entender, entre ele e eu a diferença é enorme com ele ela tem todo carinho do mundo e comigo não.(s.3)</p>	<p>Acho que é mais válido adotar uma criança do que persistir em tratamentos que não mostram resultados, pois adotando há chance de investir em quem precisa de uma família, pois gastar uma fortuna com tratamentos de que vai adiantar, eu sou muito a favor da adoção, com essas campanhas na TV quem sabe não diminui esse preconceito. (s.1)</p>	<p>Não tendo jeito adotaria, mas para ser meu filho mesmo, sem que a mãe biológica venha buscar de volta. (s.4)</p>
<p>Quando há o desejo de ter um filho não importam os meios pelos quais ele chegue até nós, pelo menos é assim que eu penso, não faz diferença se foi gerado na minha barriga ou na de outra mulher, não acredito na ligação sanguínea, e sim nos laços maternos criados pela convivência.(s.1)</p>	<p>A adoção é uma possibilidade para quem realmente não pode engravidar e tem vontade de constituir uma família, na minha opinião o desejo se completa da mesma forma. Tem mães que até produzem leite quando adotam, pois a mãe fica tão realizada e tão completa que produz leite para o filho adotivo. (s.2)</p>	<p>Acredito na adoção legal que dá mais segurança pra quem adota. (s.4)</p>
<p>Acredito que se a mãe cria com muito amor e carinho não há diferença, mas se a mãe for criar já com o pensamento de que não é seu filho, acaba que o psicológico da mãe a torna indiferente. (s.4)</p>	<p>Voltando ao assunto acredito que a adoção é uma opção se não tiver nenhuma saída, já fez de tudo pra engravidar e não teve jeito. (s.3)</p>	
<p>Tem diferença sim, o vínculo entre a mãe biológica e o filho é mais forte, até por quê ele foi gerado no ventre materno. O amor e a expectativa se mantém o mesmo, mas o vínculo com o filho adotivo é menor. (s.5)</p>	<p>Em parte a adoção resolve o desejo de ser mãe, digo em parte por quê a mãe vai ter a prática de ser mãe, mas aquele prazer e experiência de ter uma criança sendo gerada dentro do ventre vai deixar a desejar. (s.5)</p>	

Diferenças	Adoção	Medo da perda
<p>Mesmo adotando e em seguida engravidando, o amor que a mãe já sentia pelo filho adotivo não vai mudar em nada, por quê o vínculo já está formado, penso que se uma mãe tiver dez filhos independente da forma como os teve vai amá-los da mesma forma. (s.4)</p>	<p>A adoção resolve se não tiver outro jeito mesmo, pra mim seria a última opção. (s.4)</p>	
	<p>Ainda tenho vinte e sete anos e muito tempo pela frente para tentar engravidar, então no momento eu não penso em adoção, não é que seja uma hipótese anulada, mas não penso nisso agora, acredito que posso ser mãe naturalmente. (s.5)</p>	